



Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM



Conselho Fiscal Relatório de Controles Internos 1º Semestre de 2022

30 de novembro de 2022

Sumário

1	INTRODUÇÃO	3
2	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	4
3	ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ÀS NORMAS EM VIGOR E ÀS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS.....	5
3.1.	POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1º SEMESTRE DE 2022.....	5
3.2.	ALOCAÇÃO	6
3.3.	COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS E ENQUADRAMENTO A SEUS LIMITES.....	7
3.4.	RENTABILIDADE.....	15
3.5.	CUSTOS COM GESTÃO DE RECURSOS	25
3.6.	CONTROLE DE RISCOS DE INVESTIMENTOS.....	26
3.7.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	29
4	ANÁLISE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	30
4.1.	PLANOS DE BENEFÍCIOS APROVADOS PELA PREVIC	30
4.2.	DESEMPENHO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	32
4.3.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	40
5	CUSTOS E ORÇAMENTO.....	41
5.1.	GESTÃO PREVIDENCIAL.....	42
5.1.1.	TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES E CONTRAPARTIDAS (ADIÇÕES).....	42
5.1.2.	TOTAL DAS DEDUÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	43
5.1.3.	COTAS PREVIDENCIAIS.....	44
5.1.4.	ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS.....	45
5.2.	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	46
5.2.1.	DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS	46
5.2.2.	DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	47
5.2.3.	ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	51
5.2.3.1	ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	51
5.3.	INVESTIMENTOS EM IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	54
5.4.	MANIFESTAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	55
5.5.	CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	57
5.5.1.	RELATÓRIO DE AÇÕES JUDICIAIS	57
5.5.2.	PROVISÕES CONTINGENCIAIS.....	58
5.5.3.	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	58
6	GESTÃO DE RISCO	59
6.1.	CONTROLES INTERNOS	59
6.2.	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO FISCAL...	60

7	PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO	62
7.1.	CONFORMIDADE AOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PREVCOM	62
7.2.	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL	67
8	ACOMPANHAMENTO DOS APONTAMENTOS DO RELATÓRIO ANTERIOR (2º SEMESTRE/2021) 68	
	ANEXOS	73

1 Introdução

A Prevcom administra os planos de benefícios, todos de Contribuição Definida e formatados de acordo com as normas que regulam o Regime de Previdência Complementar.

As atividades foram desenvolvidas no decorrer do **1º semestre de 2022**.

As informações contidas neste relatório, referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

* As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada, em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.

Conforme Portaria PREVIC nº 686, de 1º de agosto de 2022, publicada no D.O.U em 03 de agosto de 2022, foi aprovado o Convênio de Adesão do Plano de Benefícios PREVCOM-PA, patrocinado pelo Estado do Pará (aguardando início de funcionamento).

2 Manifestação do Conselho Fiscal¹

No dia 30 de novembro de 2022, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal (“CF”): José Roberto de Moraes e Jaime Alves de Freitas (Indicados pelos Patrocinadores); Daniel de Souza Coelho e Paulo Rafael Minetto Maceta (Eleitos pelos Participantes e Assistidos), em atendimento ao art. 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, para emitir parecer sobre princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos da organização, mediante análise da documentação disponibilizada pela Fundação, referente aos procedimentos adotados durante o **1º Semestre de 2022**.

Todas as conclusões para a manifestação deste CF foram assumidas com base nas informações fornecidas pelas áreas competentes da PREVCOM, presentes ou não neste relatório.

¹ Resolução CGPC nº 13 de 2004, Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo: I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária; II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso; III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. Parágrafo único. **As conclusões, recomendações, análises e manifestações** referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo: **I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos**

3 Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e às Políticas de Investimentos

3.1. Políticas de Investimentos para o exercício de 1º semestre de 2022

As Políticas de Investimentos (Anexo I) estão segregadas por planos Plano de Benefícios:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)
- Plano de Gestão Administrativa – PGA Consolidado*

As políticas mencionadas estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661, de 25.05.2018 e à Instrução PREVIC nº 6, de 14.11.2018. Tais políticas foram confeccionadas e aprovadas obedecendo as melhores práticas de governança em consonância com o nível de risco deliberado pelo conselho deliberativo, visando obter retornos consistentes no longo prazo. Entretanto, usualmente são revistas anualmente e podem ser submetidas a revisões durante o seu período de validade, sempre que necessário, a fim de garantir condições de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência aos investimentos frente às mudanças da conjuntura econômica vigente e âmbito legal.

Os Planos de Benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida e estão devidamente registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

No primeiro semestre de 2021 foram iniciados os balanceamentos dos investimentos de acordo com as políticas de investimentos para esses planos vindouros que foram aprovadas pelo CD vislumbrando atingir o alvo pelos próximos 5 anos.

Em 2021 a Prevcom implementou acompanhamento por meio de plataforma de investimentos que permite analisar o enquadramento por cada fundo investido e para análise por ativo o enquadramento foi elaborado pela PPS Consultoria, que também foi responsável pela elaboração e discussão do ALM entre todos os demais produtos envolvendo estratégias com investimentos. Buscando melhor atendimento a área de investimentos, este contrato não foi renovado em dezembro de 2021 para que pudesse ser aberta uma nova

concorrência que se fez necessária uma vez que ao longo dos anos houve uma ampliação na quantidade de planos sob administração pela PREVCOM bem como diversificação de cada plano de acordo com as políticas pré-aprovadas, em sua maioria divergentes entre si, sofisticando em muito o planejamento e as estratégias de investimentos da fundação. Levando em conta que hoje a diretoria de Investimentos conta com um funcionário Assistente de Previdência Complementar II além da própria AETQ consideramos que a área de investimentos segue modo de contingência realizando suas atividades principais na medida em que há mão de obra / tempo disponível.

3.2. Alocação

A alocação de ativos é feita através de estudo de ALM. Esse estudo constrói a modelagem de uma carteira eficiente de ativos, baseada em cenário macroeconômico e soluções de investimento existentes (classe de ativos), que são definidas em comum acordo entre o Comitê de Investimentos da Prevcom e a PPS Portfolio e Performance. A PPS realiza os testes estatísticos que geram um conjunto de soluções ótimas de alocação de carteira de investimentos para cada Plano, propriamente adequado aos limites definidos em suas políticas de investimento e com risco-retorno calculado. Cabe ao Comitê de investimento da Prevcom definir qual a solução mais adequada a ser aplicada. A revisão de estudos de ALM, podem ocorrer ao longo do ano ou no momento da revisão das Políticas de Investimentos dos Planos.

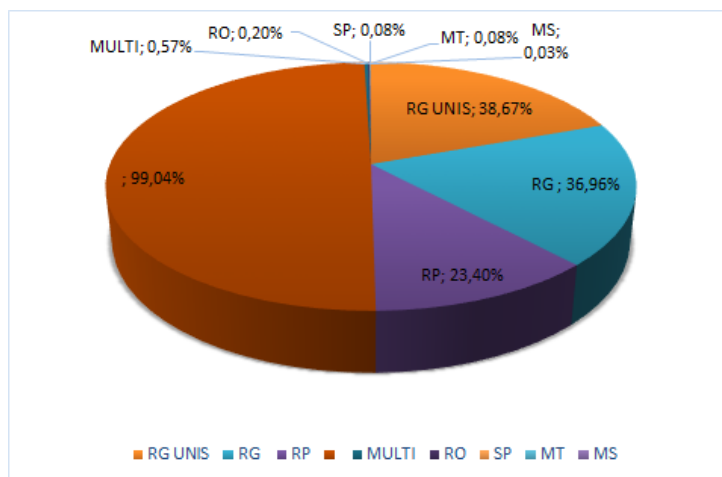
O enquadramento das carteiras é monitorado internamente e pela PPS Portfólio Performance Ltda., por Plano e por Fundo investido. A PPS gerava mensalmente um relatório detalhado aplicando as regras de concentração de alocação da carteira consolidada e por Planos, em conformidade com os limites estabelecidos pela Legislação nº 4995/22 e Políticas de Investimento. Porém, a partir de 23/06/2022 a Aditus Consultoria e Sistemas Ltda. passou a fazer esse monitoramento. Essa mudança, cria maior independência e transparência ao processo, separando a função de avaliação de investimentos da gestão de risco.

Os serviços de administração fiduciária e custódia centralizada é feito através da Intrag Administradora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (empresa que faz parte do Grupo Itaú Unibanco).

Cada Plano tem uma carteira própria, na qual as movimentações são feitas:

- PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)
- PREVCOM RO – RONDÔNIA (CNPB 2018.0013-29)
- SP PREVIDÊNCIA (CNPB 2019.0038-56)
- PREVCOM MS (CNPB 2020.0004-74)
- PREVCOM MULTI (CNPB 2018.0018-92)
- PREVCOM MT (CNPB 2020.0026-47)

PLANO	Patrimônio (R\$)	Distribuição
RG UNIS	913.060.237,31	38,67%
RG	872.694.775,37	36,96%
RP	552.464.507,40	23,40%
		99,04%
MULTI	13.399.487,31	0,57%
RO	4.811.610,91	0,20%
SP	1.918.289,95	0,08%
MT	1.872.998,20	0,08%
MS	744.158,56	0,03%
		0,96%
Total	2.360.966.065,01	100,00%



3.3. Composição das carteiras e enquadramento a seus limites

Abaixo quadros com a composição das carteiras dos 8 planos administrados pela Prevcom.

Os quadros demonstram a alocação dos recursos por segmento de fundo e sua aderência aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos de cada plano e pela legislação vigente, Resolução 4994/22.

Ressaltamos que, as carteiras permaneceram propriamente enquadrada durante todo o semestre. O que poderá ser comprovado no resultado do Relatório de Enquadramento anexo, elaborado pela Aditus Consultoria e Sistemas Ltda.

Carteira Consolidada Prevcom em 30 de junho de 2022, incluindo os 8 planos (RP, RG, RG UNIS, MULT, RO, MT MS e SP PREV):

Segmento	Fundos	Patrimônio	%T	Limite	
				% Lei	
Renda Fixa	Bela Cintra	1.132.050.460,74	47,9%		
	Capitania PREMIUM	128.064.341,64	5,4%		
	Inflação 5 (IMA-B 5)	74.626.511,68	3,2%		
	Infra-B Incentivado (BTG)	1.283.874,11	0,1%		
	Instituc. Global Dinâmico	180.959.178,65	7,7%		
	Legend	105.616.539,15	4,5%		
	Soberano Simples	471.833,59	0,0%		
	Western Asset RF Ativo FI	6.130.009,93	0,3%		
	Crédito Corporativo I	21.130.360,61	0,9%		
	Optimus RF	50.980.132,74	2,2%		
	Total	1.701.313.242,84	72,1%	100%	
Ações	It Now Ibov. (BOV11)	63.897.511,91	2,7%		
	Momento 30	11.094.968,80	0,5%		
	Az QUEST	22.931.587,94	1,0%		
	Phoenix	46.634.333,08	2,0%		
	Absoluto Institucional	10.785.679,53	0,5%		
	Total	155.344.081,26	6,6%	30%	
Ações Exterior	Alliazgi Euro	51.151.970,73	2,2%		
	M Square Global Eq. Managers	56.039.876,30	2,4%		
	Total	107.191.847,03	4,5%	10%	
Imobiliário	Capitania REIT	59.629.553,74	2,5%		
	Total	59.629.553,74	2,5%	5%	
Estruturado	Multimercado	Global Dinâmico Plus	33.820.540,64	1,4%	
		Macro Opportunity	30.400.527,87	1,3%	
		Hedge Plus	172.251.828,51	7,3%	
		Sub-Total MM	236.472.897,02	10,0%	15%
	FIP	FIP Economia Real	87.767.269,81	3,7%	
		FIP de Impacto	13.247.173,31	0,6%	
		Sub-Total FIP	101.014.443,12	4,3%	15%
	Total Estruturado	337.487.340,14	14,3%	20%	
Patrimônio Total		2.360.966.065,01	100,0%		

Carteira do Plano PREVCOM RP

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite		
				Lei	PI	
Renda Fixa	WA RF ATIVO FI	4.566.852,04	0,8%			
	ITAU LEGEND FICFI	24.933.211,12	4,5%			
	IT INS OPT RF LP FIC	24.175.798,55	4,4%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	95.078.984,46	17,2%			
	BELA CINTRA FI RF	209.161.767,05	37,9%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	26.945.820,30	4,9%			
	CORP I FIQ FI RF CP	8.053.352,94	1,5%			
	INST IMAB5 FICFI	19.262.443,40	3,5%			
	INFRAB FUNDOIII RF	462.194,68	0,1%			
	IT SOBERANO RFS FICF	91.927,11	0,0%			
Total	412.732.351,65	74,7%	100%	100%		
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	12.976.592,84	2,3%			
	AZ QUEST SMALL M FIA	7.269.746,69	1,3%			
	BTG ABSOL INSTIT FIA	2.676.663,56	0,5%			
	ITAÚ INST. PHOENIX	8.480.100,55	1,5%			
	IT ACOES M 30 II FIC	3.145.957,18	0,6%			
	Total	34.549.060,82	6,3%	70%	12%	
Ações Exterior	VOT ALLIANZ EUR EQ G	11.200.893,18	2,0%			
	M SQR GL EQT MAN FIM	12.628.912,12	2,3%			
	Total	23.829.805,30	4,3%	10%	10%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CP	11.208.768,91	2,0%			
	Total	11.208.768,91	2,0%	20%	10%	
Estruturado	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI	6.189.416,65	1,1%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	6.257.247,05	1,1%		
		HEDGE PLUS MM FIC	37.165.715,72	6,7%		
		Sub-Total MM	49.612.379,42	9,0%	15%	15%
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU	17.649.997,97	3,2%		
		BTG INV IMP FIP CL A	2.882.143,33	0,5%		
		Sub-Total FIP	20.532.141,30	3,7%	15%	5%
Total Estruturado	70.144.520,72	12,7%	20%	20%		
Patrimônio Total		552.464.507,40	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RG

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite		
				Lei	PI	
Renda Fixa	WA RF ATIVO FI	786.101,01	0,1%			
	ITAU LEGEND FICFI	36.922.514,67	4,2%			
	IT INS OPT RF LP FIC	14.009.340,48	1,6%			
	BELA CINTRA FI RF	446.208.326,66	51,1%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	49.066.843,74	5,6%			
	CORP I FIQ FI RF CP	6.406.902,59	0,7%			
	INST IMAB5 FICFI	27.005.619,28	3,1%			
	INFRAB FUNDOIII RF	462.194,68	0,1%			
	IT SOBERANO RFS FICF	89.402,11	0,0%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	39.219.909,63	4,5%			
Total	620.177.154,85	71,1%	100%	100%		
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	24.658.124,65	2,8%			
	AZ QUEST SMALL M FIA	8.253.940,35	0,9%			
	BTG ABSOL INSTIT FIA	3.823.805,08	0,4%			
	ITAÚ INST. PHOENIX	17.666.876,14	2,0%			
	IT ACOES M 30 II FIC	4.210.225,12	0,5%			
Total	58.612.971,34	6,7%	70%	12%		
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	20.205.423,11	2,3%			
	M SQR GL EQT MAN FIM	22.023.571,55	2,5%			
Total	42.228.994,66	4,8%	10%	10%		
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CP	23.018.924,17	2,6%			
	Total	23.018.924,17	2,6%	20%	10%	
Estruturado	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI	12.967.192,46	1,5%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	11.400.149,54	1,3%		
		HEDGE PLUS MM FIC	65.487.087,51	7,5%		
		Sub-Total MM	89.854.429,51	10,3%	15%	15%
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU	33.781.622,15	3,9%		
		BTG INV IMP FIP CL A	5.020.678,69	0,6%		
Sub-Total FIP	38.802.300,84	4,4%	15%	5%		
Total Estruturado	128.656.730,35	14,7%	20%	20%		
Patrimônio Total		872.694.775,37	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RG UNIS

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite		
				Lei	PI	
Renda Fixa	WA RF ATIVO FI	429.392,84	0,0%			
	ITAU LEGEND FICFI	37.419.997,83	4,1%			
	IT INS OPT RF LP FIC	12.794.993,71	1,4%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	39.217.875,52	4,3%			
	BELA CINTRA FI RF	475.268.110,16	52,1%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	51.540.719,31	5,6%			
	CORP I FIQ FI RF CP	5.694.463,75	0,6%			
	INST IMAB5 FICFI	26.773.976,52	2,9%			
	INFRAB FUNDOIII RF	359.484,75	0,0%			
	IT SOBERANO RFS FICF	258.073,45	0,0%			
Total		649.757.087,84	71,2%	100%	100%	
Renda Variável	IT NOW IBOV FI	26.262.794,42	2,9%			
	AZ QUEST SMALL M FIA	6.778.031,04	0,7%			
	BTG ABSOL INSTIT FIA	4.142.455,50	0,5%			
	ITAÚ INST. PHOENIX	20.087.966,40	2,2%			
	IT ACOES M 30 II FIC	3.448.222,77	0,4%			
Total		60.719.470,13	6,7%	70%	12%	
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	19.485.760,40	2,1%			
	M SQR GL EQT MAN FIM	21.086.784,39	2,3%			
Total		40.572.544,79	4,4%	10%	10%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CP	25.143.351,56	2,8%			
	Total	25.143.351,56	2,8%	20%	10%	
Estruturado	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI	14.460.641,68	1,6%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	12.540.164,49	1,4%		
		HEDGE PLUS MM FIC	68.593.212,85	7,5%		
	Sub-Total MM	95.594.019,02	10,5%	15%	15%	
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU	36.003.596,85	3,9%		
		BTG INV IMP FIP CL A	5.270.167,12	0,6%		
Sub-Total FIP	41.273.763,97	4,5%	15%	5%		
Total Estruturado		136.867.782,99	15,0%	20%	20%	
Patrimônio Total		913.060.237,31	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM RO

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite		
				Lei	PI	
Renda Fixa	ITAU LEGEND FICFI	1.356.865,26	28,2%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	1.667.490,67	34,7%			
	BELA CINTRA FI RF	306.045,26	6,4%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	85.870,71	1,8%			
	CORP I FIQ FI RF CP	202.127,70	4,2%			
	INST IMAB5 FICFI	358.115,82	7,4%			
	IT SOBERANO RFS FICF	5.417,79	0,1%			
	Total	3.981.933,21	82,8%	100%	100%	
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	186.245,80	3,9%			
	BTG ABSOL INSTIT FIA	40.149,95	0,8%			
	ITAÚ INST. PHOENIX	70.667,50	1,5%			
	IT ACOES M 30 II FIC	42.905,49	0,9%			
	Total	339.968,74	7,1%	70%	20%	
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	61.783,10	1,3%			
	M SQR GL EQT MAN FIM	75.876,19	1,6%			
	Total	137.659,29	2,9%	10%	10%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CP	52.073,02	1,1%			
	Total	52.073,02	1,1%	20%	5%	
Estruturado	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI	34.738,20	0,7%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	33.827,80	0,7%		
		HEDGE PLUS MM FIC	164.178,39	3,4%		
		Sub-Total MM	232.744,39	4,8%	15%	15%
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU	52.660,37	1,1%		
		BTG INV IMP FIP CL A	14.571,89	0,3%		
		Sub-Total FIP	67.232,26	1,4%	15%	5%
Total Estruturado	299.976,65	6,2%	20%	20%		
Patrimônio Total		4.811.610,91	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM MULTI

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite		
				Lei	PI	
Renda Fixa	WA RF ATIVO FI	340.877,87	2,5%			
	ITAU LEGEND FICFI	4.488.424,78	33,5%			
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	2.506.168,15	18,7%			
	BELA CINTRA FI RF	1.106.211,61	8,3%			
	CAPITA P45 FIC RF CP	423.777,55	3,2%			
	CORP I FIQ FI RF CP	350.585,63	2,6%			
	INST IMAB5 FICFI	1.040.732,00	7,8%			
	IT SOBERANO RFS FICF	9.098,50	0,1%			
Total	10.265.876,09	76,6%	100%	100%		
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	412.147,65	3,1%			
	BTG ABSOL INSTIT FIA	79.662,61	0,6%			
	ITAÚ INST. PHOENIX	263.997,90	2,0%			
	IT ACOES M 30 II FIC	230.194,56	1,7%			
Total	986.002,72	7,4%	70%	20%		
Ações Exterior	ALLIANZ EUR EQ G	198.110,94	1,5%			
	M SQR GL EQT MAN FIM	224.732,05	1,7%			
	Total	422.842,99	3,2%	10%	10%	
Imobiliário	CAPITANIA REIT FICFIM CP	206.436,08	1,5%			
	Total	206.436,08	1,5%	20%	5%	
Estruturado	Multimercado	ITAU GLOB PLUS FICFI	168.551,65	1,3%		
		I MACRO OPPOT FICFIM	169.138,99	1,3%		
		HEDGE PLUS MM FIC	841.634,04	6,3%		
	Sub-Total Estrut. Multimercado	1.179.324,68	8,8%	15%	15%	
	FIP	ECONOMIA REAL FIP MU	279.392,47	2,1%		
		BTG INV IMP FIP CL A	59.612,28	0,4%		
Sub-Total Estrut. F.Participações	339.004,75	2,5%	15%	5%		
Total	1.518.329,43	11,3%	20%	20%		
Patrimônio Total		13.399.487,31	100,0%			

Carteiro do Plano de Benefícios PREVCOM MS

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite	
				Lei	PI
Renda Fixa	CAPITA P45 FIC RF CP	1.310,03	0,2%		
	CORP I FIQ FI RF CP	105.744,88	14,2%		
	INST IMAB5 FICFI	65.781,56	8,8%		
	IT SOBERANO RFS FICF	6.394,09	0,9%		
	ITAU LEGEND FICFI	71.152,55	9,6%		
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	470.807,13	63,3%		
	Total	721.190,24	96,9%	100%	100%
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	3.946,91	0,5%		
	BTG ABSOL INSTIT FIA	4.461,11	0,6%		
	ITAÚ INST. PHOENIX	11.957,18	1,6%		
	IT ACOES M 30 II FIC	2.603,12	0,3%		
	Total	22.968,32	3,1%	70%	25%
Patrimônio Total	744.158,56	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM SP

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite	
				Lei	PI
Renda Fixa	CORP I FIQ FI RF CP	83.734,72	4,4%		
	INST IMAB5 FICFI	76.602,02	4,0%		
	IT SOBERANO RFS FICF	4.915,78	0,3%		
	ITAU LEGEND FICFI	308.165,99	16,1%		
	WA RF ATIVO FI	6.786,17	0,4%		
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	1.367.082,71	71,3%		
	TOTAL	1.847.287,39	96,3%	100%	100%
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	21.737,24	1,1%		
	BTG ABSOL INSTIT FIA	7.647,61	0,4%		
	ITAÚ INST. PHOENIX	26.757,15	1,4%		
	IT ACOES M 30 II FIC	14.860,56	0,8%		
	TOTAL	71.002,56	3,7%	70%	25%
Patrimônio Total	1.918.289,95	100,0%			

Carteira do Plano de Benefícios PREVCOM MT

Segmento	Fundos	Patrimônio	% T	Limite	
				Lei	PI
Renda Fixa	CORP I FIQ FI RF CP	233.448,40	12,5%		
	INST IMAB5 FICFI	43.241,08	2,3%		
	IT SOBERANO RFS FICF	6.604,76	0,4%		
	ITAU LEGEND FICFI	116.206,95	6,2%		
	ITAÚ II GLOBAL DINAMIC FI	1.430.860,38	76,4%		
	Total	1.830.361,57	97,7%	100%	100%
Renda Variável	AZ QUEST SMALL M FIA	5.792,26	0,3%		
	BTG ABSOL INSTIT FIA	10.834,11	0,6%		
	ITAÚ INST. PHOENIX	26.010,26	1,4%		
	Total	42.636,63	2,3%	70%	25%
Patrimônio Total	1.872.998,20	100,0%			

3.4. Rentabilidade

A Prevcom adota a modalidade de gestão terceirizada dos seus recursos. Que permite que as alocações sejam feitas através de seleção de fundos de investimentos condominiais e de gestores especializados para gestão fundo exclusivo. As alocações são feitas, seguindo rigorosamente a Política de Investimentos, que é pautada em Estudo de ALM (Fronteira Eficiente) e do Guia de Melhores Práticas em Investimentos da PREVIC (itens: Gestão de Investimentos e Terceirização).

Para atender à solicitação de esclarecimento do Conselho Fiscal quanto as responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, segue fluxograma de Processo de Seleção:

Processo de Seleção



Os 8 Planos têm como rentabilidade alvo de longo prazo, IPCA + 4,00%. Os investimentos devem buscar o cumprimento do alvo, observando:

- Aderência das características dos fundos com as Políticas de Investimentos;
- Diversificação entre as classes de fundos e ativos;
- Otimização risco e retorno;
- Cenário econômico esperado.

Conforme quadro abaixo, a rentabilidade acumulada da carteira consolidada, no 1º Semestre de 2022 foi de 4,18%, inferior à rentabilidade alvo de 7,58%. O retorno abaixo do alvo, é explicado principalmente em função das alocações feitas em fundos de ações locais e no exterior. Além da disparada da inflação, que não foi acompanhada pela alta de juros e fez com que as alocações indexadas ao CDI também ficassem abaixo do alvo. À exceção dos fundos indexados à inflação, nenhuma classe de ativos isoladamente atingiu IPCA+4%.

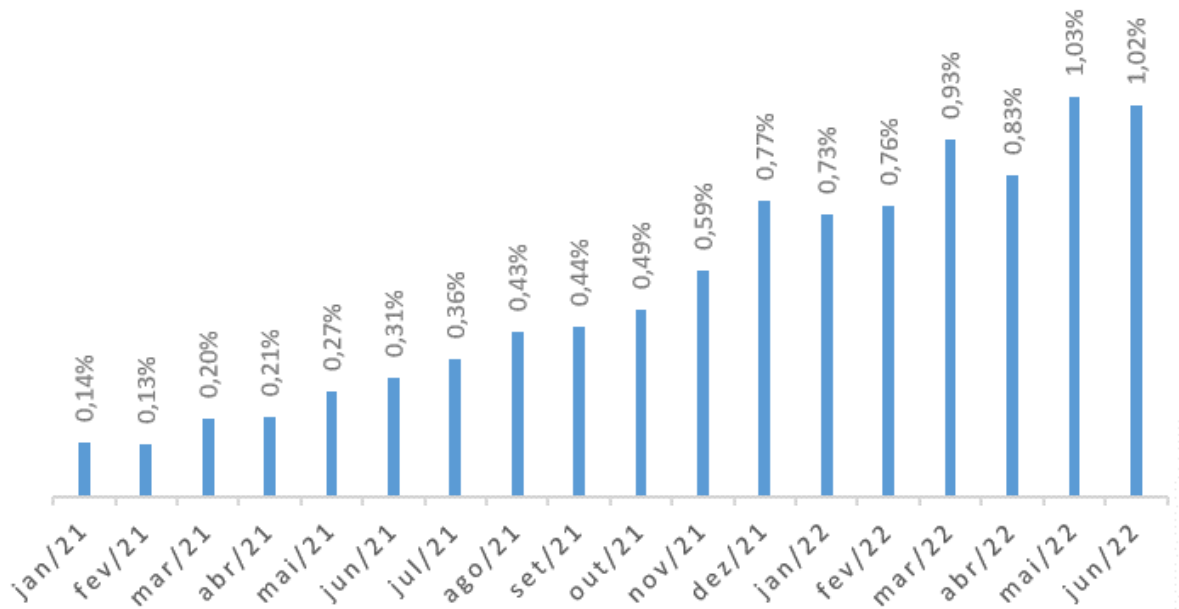
Retorno Mensal (%)	Jun./22	Mai/22	Abr./22	Mar/22	Fev./22	Jan/22	Ano	12 meses
Carteira	-0,20%	0,68%	-0,02%	1,61%	2,29%	-0,22%	4,18%	8,42%
% do CDI	-19,84%	65,44%	-2,60%	173,43%	303,57%	-29,72%	0,77%	96,9%
CDI	1,02%	1,03%	0,83%	0,93%	0,76%	0,73%	5,42%	8,69%
IPCA	0,67%	0,47%	1,06%	1,62%	1,01%	0,54%	5,49%	11,89%
IPCA+4%	1,00%	0,80%	1,39%	1,95%	1,34%	0,87%	7,58%	16,36%
IMA-B	-0,36%	0,96%	0,83%	3,07%	0,54%	-0,73%	4,35%	3,78%
Poupança	0,65%	0,67%	0,56%	0,60%	0,50%	0,56%	3,58%	5,75%
IBOVESPA	-11,50%	3,22%	-10,10%	6,06%	0,89%	6,98%	-5,99%	-22,29%
MSCI Europe	-0,38%	-3,82%	-2,63%	-8,51%	-6,69%	-8,43%	-27,07%	-15,95%
MSCI World	1,05%	-4,02%	-4,93%	-5,56%	-6,54%	-9,13%	-26,05%	-11,63%

Atendendo a recomendação do Conselho Fiscal segue quadro com desempenho individual por Plano:

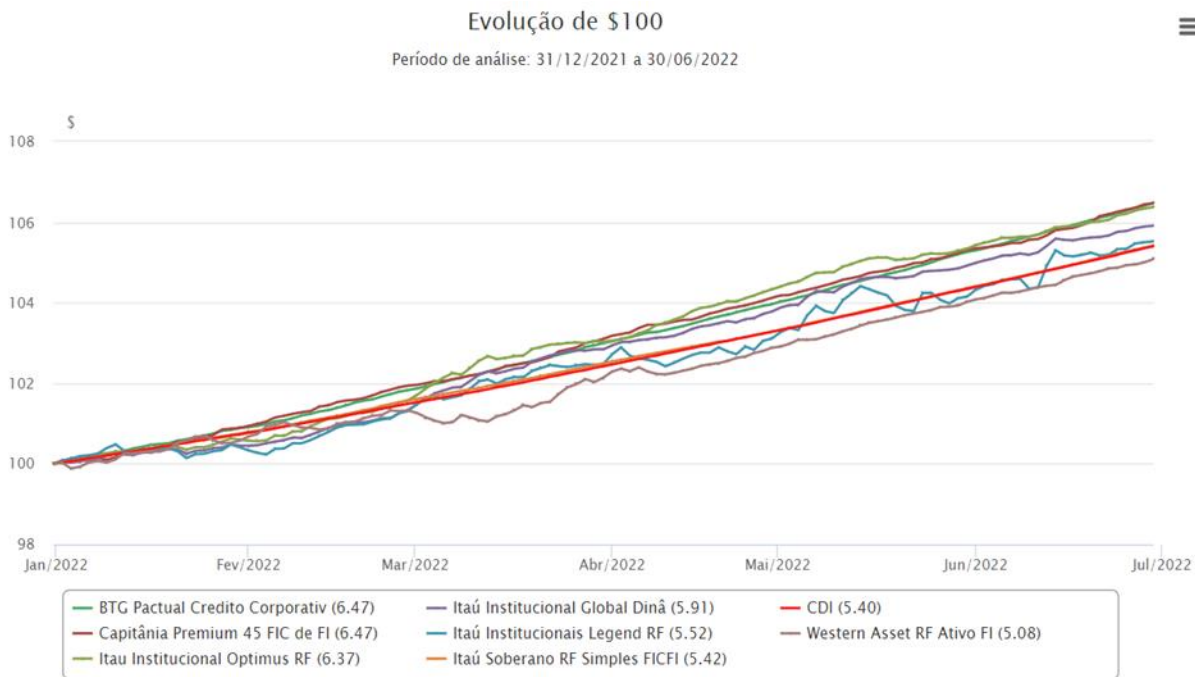
Retorno Mensal (%)	Jun./22	Mai./22	Abr./22	Mar./22	Fev./22	Jan./22	Ano	12 meses
Prevcom RG	-0,23%	0,67%	-0,03%	1,60%	2,32%	-0,27%	4,10%	8,54%
Prevcom RP	-0,13%	0,66%	-0,01%	1,57%	2,06%	-0,25%	3,94%	7,76%
Prevcom RG Unis	-0,21%	0,71%	-0,01%	1,65%	2,43%	-0,14%	4,48%	8,89%
Prevcom RO	-0,08%	0,56%	-0,21%	1,54%	0,98%	-0,23%	2,59%	4,10%
Prevcom Mult	-0,09%	0,52%	-0,23%	1,58%	1,57%	-0,15%	3,22%	5,04%
Prevcom SPPREV	0,48%	1,00%	0,41%	1,66%	0,82%	0,72%	5,19%	3,39%
Prevcom MS	0,47%	0,99%	0,36%	1,82%	0,73%	0,92%	5,40%	2,72%
Prevcom MT	0,63%	1,03%	0,49%	1,62%	0,79%	0,98%	5,65%	4,90%

O CDI acumula 5.42% no 1º Semente, ficando 2.16 pontos abaixo do alvo (7,58%). As carteiras foram negativamente impactadas por essa diferença, uma vez que em sua composição, possuem em média 30% de suas alocações em fundos indexados a esse índice. Importante lembrar, que historicamente o CDI apresentou juros reais (acima da inflação), porém, desde 2020 esta situação se inverteu, causando esse descolamento. Esse cenário está mudando, já que o COPOM vem constantemente subindo a taxa básica de juros, fechando o semestre em 13,75% ao ano. A elevação na taxa deve continuar em menor magnitude nas próximas reuniões, em função da preocupação com inflação local, gastos públicos e crescente deterioração do ambiente externo (revisões negativas de crescimento global e persistentes pressões inflacionárias). A expectativa do mercado é que a taxa fique em torno de 14% no final desse ano (2022).

CDI- 12 meses (mês a mês)

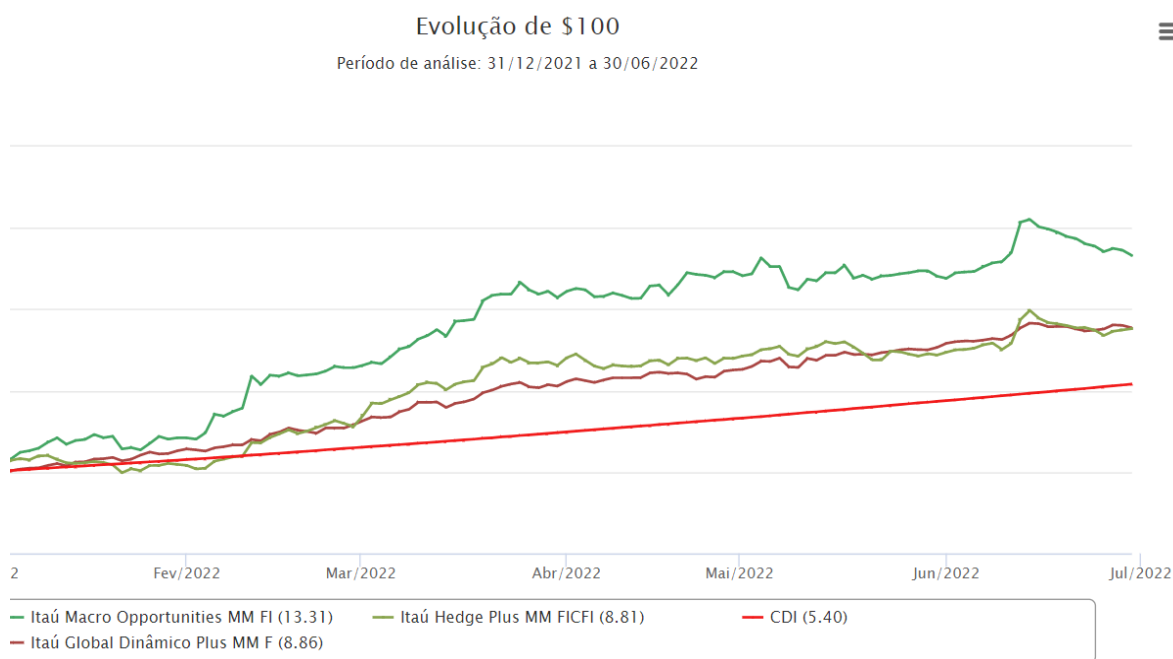


Comparativo CDI vs. Fundos de Renda Fixa, que compõe a carteira consolidada com esse alvo:



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Capitânia Premium 45 FIC de FI RF Créd. Priv.	1,1	3,27	6,47	10,85	6,47
Itaú Institucional Global Dinâmico RF LP Fundo de Inv. Em Cotas de Fund.	0,95	2,99	5,91	11,05	5,91
Itaú Institucionais Legend RF LP FI Em Cotas de Fundos de Inv.	1,31	2,97	5,52	11,28	5,52
Itaú Soberano RF Simples FICFI	1,02	2,86	5,42	8,71	5,42
Western Asset RF Ativo FI	1,02	2,88	5,08	7,66	5,08
BTG Pactual Credito Corporativo I FIC de FI de RF Créd. Priv. LP	1,15	3,37	6,47	11,27	6,47
Itaú Institucional Optimus RF LP FIC FI	0,98	3,24	6,37	13,56	6,37
CDI	1,02	2,91	5,42	8,67	5,42

Comparativo CDI vs. Fundos Multimercado, que compõe a carteira consolidada com esse alvo:



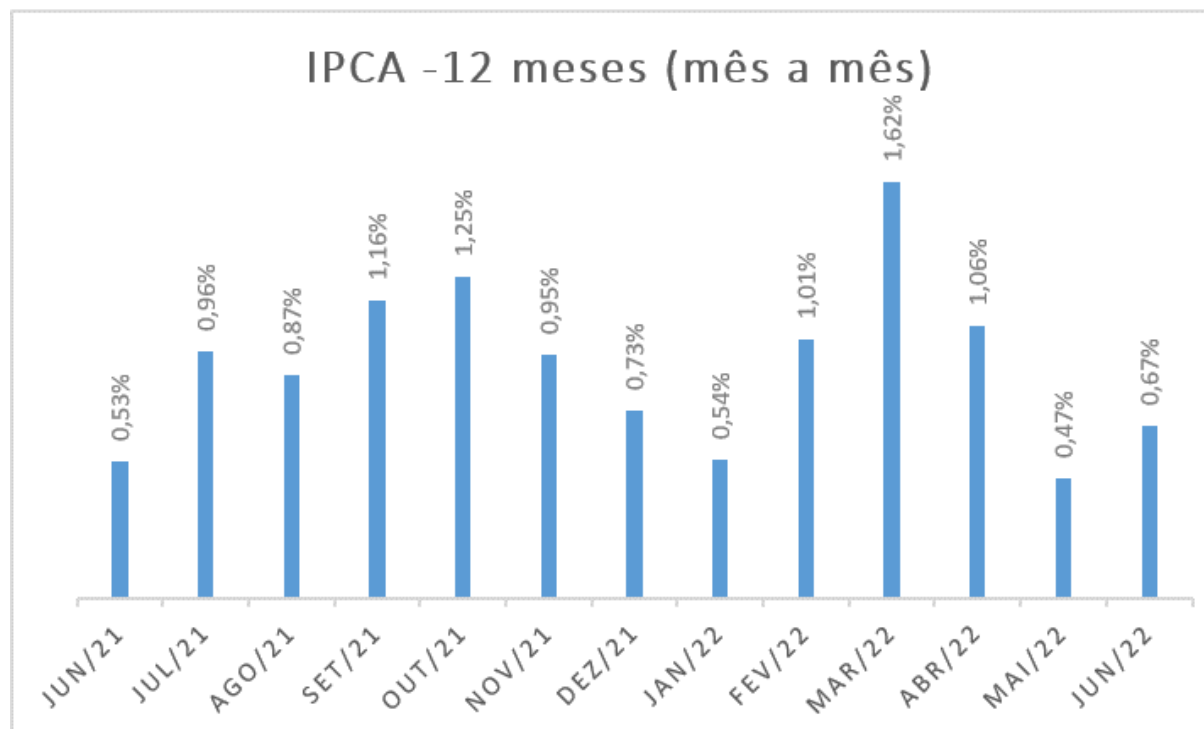
Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Itaú Global Dinâmico Plus MM FICFI	1,11	3,4	8,86	11,17	8,86
Itaú Macro Opportunities MM FICFI	1,15	2,34	13,31	13,84	13,31
Itaú Hedge Plus MM FICFI	1,51	2,12	8,81	11,53	8,81
CDI	1,02	2,91	5,42	8,67	5,42

Renda Fixa

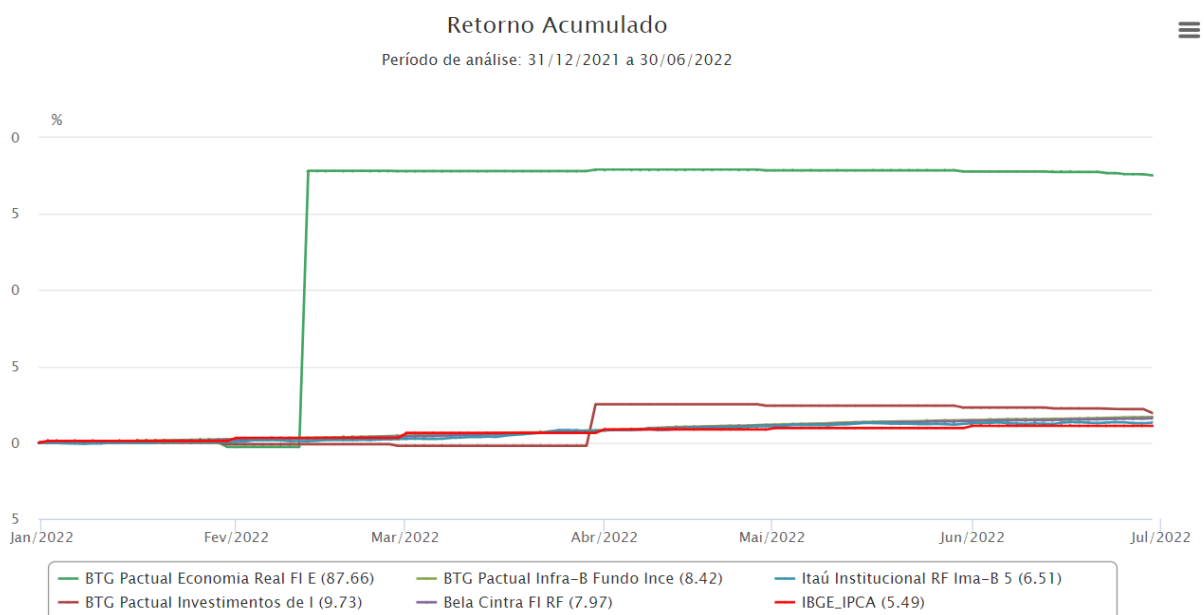
A inflação representada pelo índice IPCA, ficou em 5,49% acumulada no 1º Semestre e 11,89% acumulado nos últimos 12 meses. Esse resultado impactou positivamente as carteiras, uma vez que a maior proporção

dos investimentos (57%) está alocada em fundos indexados à inflação e no Fundo Exclusivo Bela Cintra (48%), composto por 100% de NTN-B e cujos títulos são marcados na curva.

Para o próximo semestre esse cenário deve mudar, pois vem apontado uma desaceleração da inflação a partir de julho. Especialmente em razão de medidas de redução de impostos, como o teto aprovado para cobrança de ICMS sobre energia elétrica, combustíveis e outros serviços. A queda do preço internacional do petróleo reduz também a probabilidade de novos altas no diesel e na gasolina no curto prazo.



Comparativo IPCA+4% versus fundos que compõe a carteira consolidada com esse alvo:



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Bela Cintra FI RF	0,83	3,95	7,97	16,38	7,97
Itaú Institucional RF Ima-B 5 FICFI	0,32	2,65	6,51	9,9	6,51
BTG Pactual Infra-B Fundo Incentivado de Investimento	0,99	4,25	8,42	17,99	8,42
BTG Pactual Economia Real FI Em Participações Multi estratégia	-0,67	-1	87,66	77,93	87,66
BTG Pactual Investimentos de Impacto FI Em Participações - *	-1,57	-2,5	9,73	-	9,73
IBGE_IPCA	0,67	2,22	5,49	11,89	5,49

Obs. * Início das atividades em 01/07/2021

Renda Variável

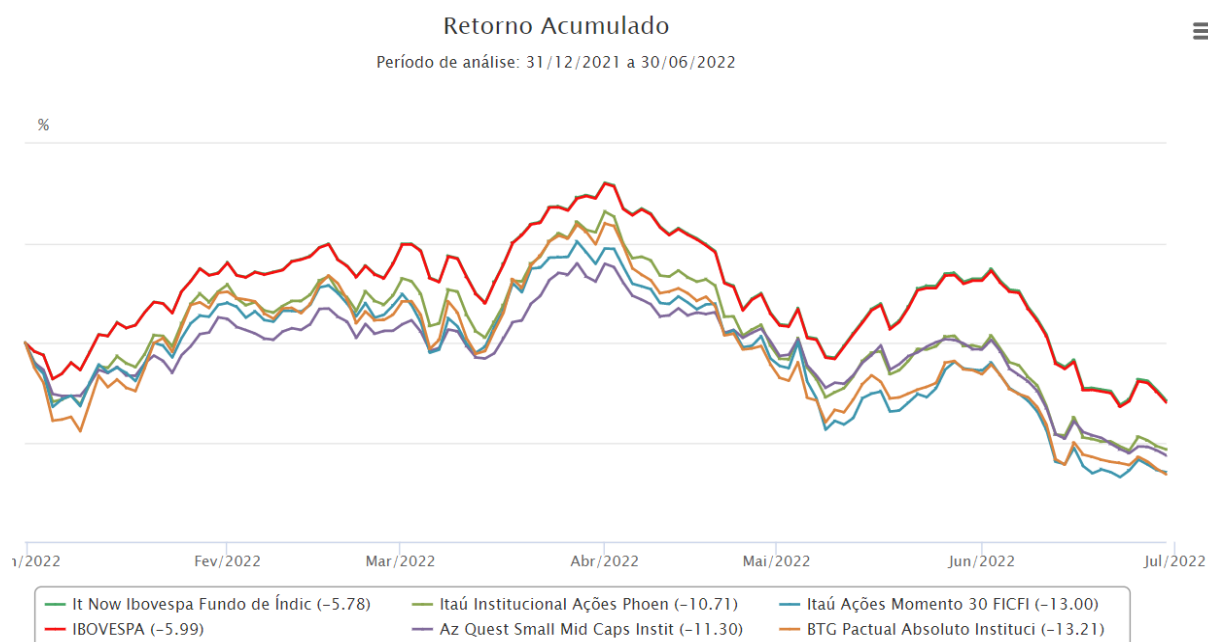
A Bolsa Brasileira operou durante todo semestre em alta volatilidade e fechou o 1o Semestre em 98.542 pontos, acumulando uma rentabilidade negativa de -5,9%.

As carteiras foram impactadas por esse resultado, uma vez que possuem em média 6,5% alocados em fundos indexados ao Ibovespa.

IBOVESPA



Comparativo Ibovespa vs. Fundos de Ações que compõe a carteira consolidada com esse alvo:



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
It Now Ibovespa Fundo de Índice	-11,47	-17,77	-5,78	-21,28	-5,78
Itaú Ações Momento 30 FICFI	-10,59	-19,39	-13	-34,44	-13
AZ Quest Small Mid-Caps Institucional FIC FIA	-10,73	-16,44	-11,3	-28,84	-11,3
Itaú Institucional Ações Phoenix FICFI	-10,46	-19,62	-10,71	-32,07	-10,71
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC de FIA	-10,74	-21,02	-13,21	-42,61	-13,21
IBOVESPA	-11,5	-17,88	-5,99	-21,58	-5,99

Renda variável no exterior

Diferente do resultado apresentando no ano de 2021 (Allianzgi +29,38% e M Square + 22,40%). Esta classe de ativos é a que mais está sofrendo em função do cenário internacional de incertezas, que está vivenciando a maior inflação e maior alta de juros das últimas décadas, conflito entre Rússia e Ucrânia. Encerrou 1º Semestre com um retorno de -33,10% o Fundo M Square indexado ao MSCI World e -45,03% o Fundo Allianzgi indexado ao MSCI Europe.

Os papéis foram impactados principalmente pelo efeito do câmbio, desvalorização dos múltiplos das empresas e saque de investidores que acabaram obrigando os gestores a se desfazer de estratégias antecipadamente (Resgate apurado pela Anbima no 1º semestre foi da ordem de R\$ 18 bilhões).

De acordo com o Estudo de ALM (Fronteira Eficiente) calculado no final de 2021 e novo estudo elaborado recentemente, fundos investimentos no exterior são indicados para uma alocação eficiente. Tanto para diversificação do risco, quanto para buscar oportunidades diferentes das oferecidas no Brasil. Diversificando assim, não apenas a moeda, mas também a região.

Seguindo as diretrizes para aplicação de recursos das EFPCs determinadas pela Resolução 4994/22 e observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, a Prevcom realiza anualmente Estudo de Fronteira Eficiente (ALM). O Estudo considera como principais parâmetros: → cenário atual → construção de cenários com projeções dos índices no horizonte de 5 anos → premissas e restrições de classes de ativos → retornos mensais dos últimos 5 anos dos ativos elegíveis na avaliação. A partir desses dados o modelo gera soluções de carteira ótima de ativos financeiros.

A partir de 2019 a Prevcom incluiu em seus estudos essa classe de ativo (Fundos de Investimentos no Exterior). E desde então, a Fronteira aponta um percentual de alocação nessa classe: 2019 MSCI World 2,5% e MSCI EUROPE 2,5% - 2020 MSCI World 4,1% e MSCI EUROPE 4,1%. O novo estudo realizado em julho de 2021 aponta MSCI World 7,5% e MSCI EUROPE 2,5%. Com limite superior de 10% definido pela legislação vigente.

Ressaltamos, que a escolha da solução definida como estratégia de investimentos para aplicação dos recursos dos Planos geridos pela Prevcom é apresentada pela Diretoria de Investimentos e aprovada pelo AEQT e Conselho Deliberativo.

É importante destacar que uma gestão baseada em melhores combinações de risco e retorno, deve considerar que concentrar investimentos somente no Brasil significaria dizer que um país emergente ofereceria mais solidez institucional, mais robustez nas suas empresas e mais condições macroeconômicas para crescimento, que em países desenvolvidos em economias estáveis. Por exemplo, seria o mesmo que dizer que, investir no Brasil ofereceria menos riscos do que investir nos EUA.

Essa parcela de investimento no exterior proporciona diversificação de gestor, região e moeda. Porém, como em qualquer investimento previdenciário, o horizonte observado deve ser de longo prazo, ilustramos abaixo com um gráfico comparando os Índices MSCI World, MSCI Europe, Bovespa, e alvo Prevcom (IPCA+4%a.a.) nos últimos 10 anos. O que demonstra que no longo prazo, trata-se de uma estratégia vencedora.

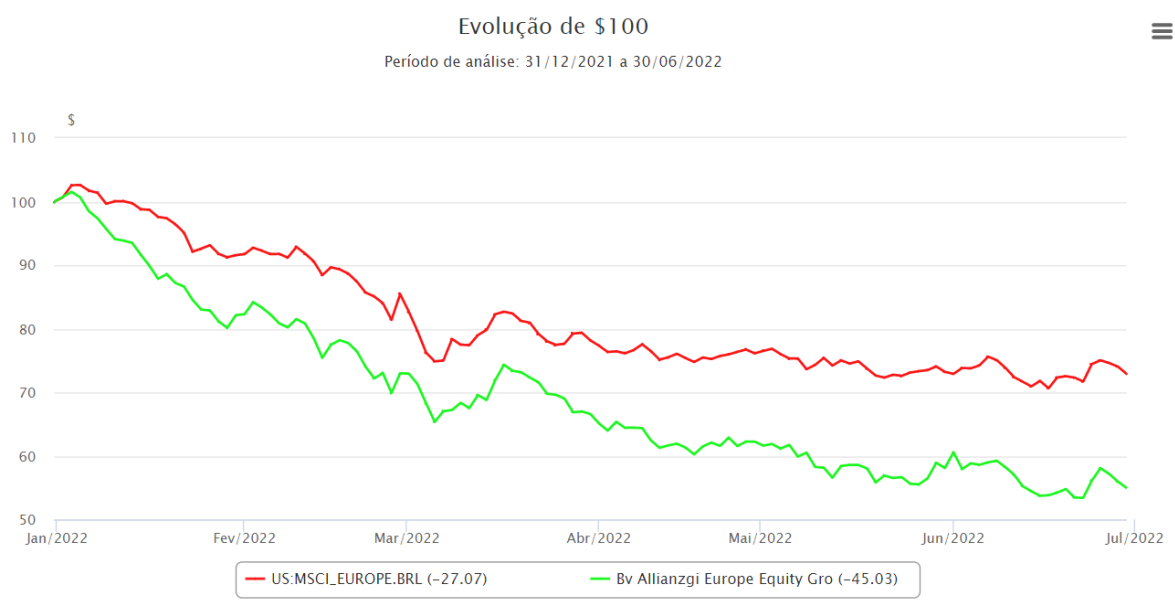


No ano de 2021 dentro da estratégia de diversificação de ativos, os fundos de investimento no exterior renderam: 22,4% M Square e 29,4% Allianz, impactando positivamente a apuração do retorno anual da carteira.

Porém desde o início de 2022, em decorrência dos efeitos gerados pela pandemia da Covid-19, o conflito da Ucrânia, risco de recessão, entre outros, a alta dos preços virou uma preocupação global, atingindo até mesmo as economias mais desenvolvidas, como os Estados Unidos e Europa. Temas que impactaram fortemente as economias e trouxeram alta desvalorização dos ativos e alta volatilidade aos mercados. Esse movimento vem impactando de forma negativa a performance dos Fundos de Investimento no Exterior que compõem a carteira da Prevcom.

IE	Estudo 2021 2º Semestre	Estudo 2022 2º Semestre
MSCI World	4,1%	7,5%
MSCI Europe	4,1%	2,5%

Comparativo MSCI Europe vs. Fundo Allianzgi que compõe a carteira consolidada:

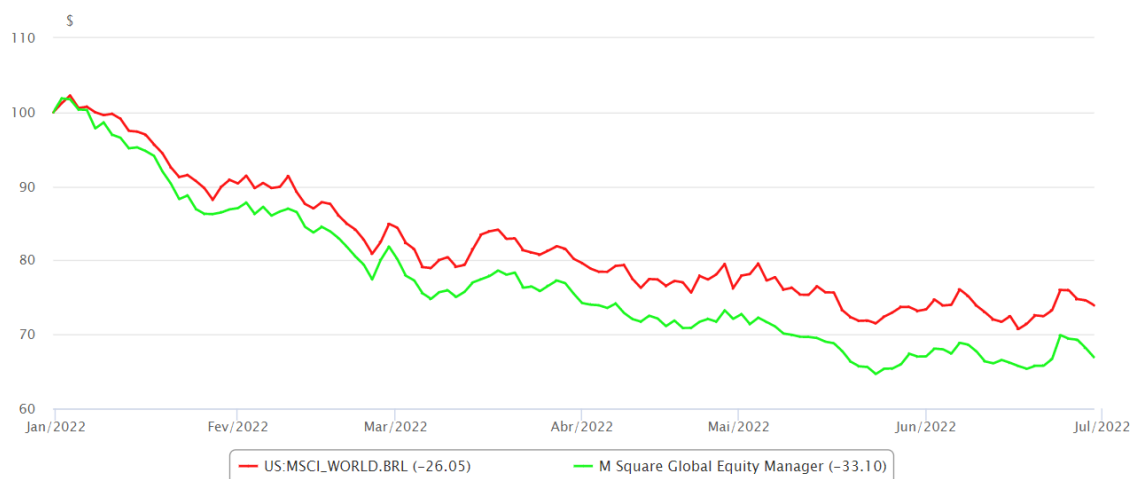


Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Allianzgi Europe Equity Growth MM IE FI	-5,38	-17,45	-45,03	-34,94	-45,03
US:MSCI_EUROPE.BRL	-0,38	-6,71	-27,07	-16,56	-27,07

Comparativo MSCI World vs. Fundo M Square que compõe a carteira consolidada:

Evolução de \$100

Período de análise: 31/12/2021 a 30/06/2022



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
M Square Global Equity Managers FI em cotas de FI MM IE	-0,15	-11,38	-33,1	-23,96	-33,1
US:MSCI_WORLD.brI	1,05	-7,8	-26,05	-12,01	-26,05

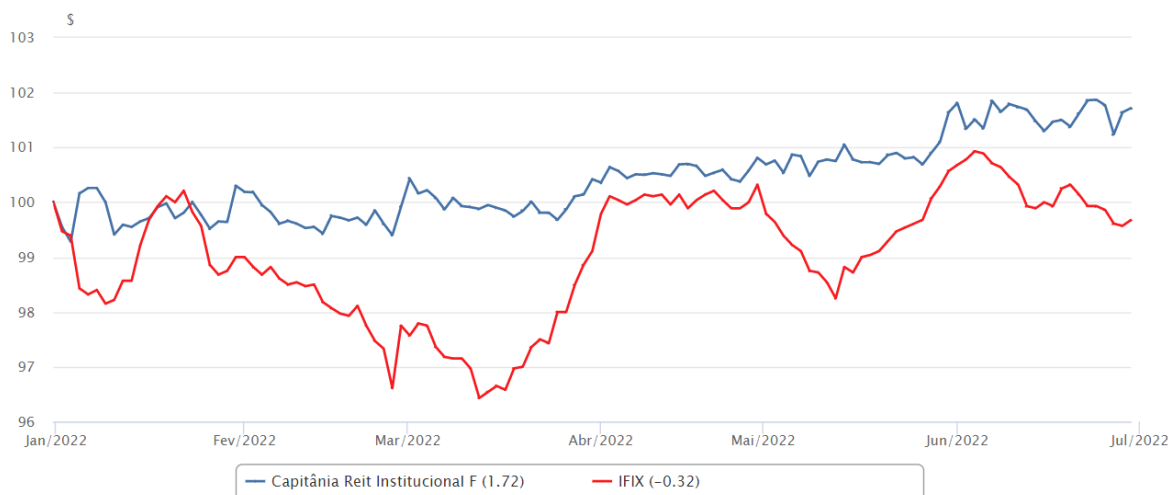
Fundo Imobiliário

O Fundo Capitânia Reit encerrou o primeiro semestre de 2022 em linha com o IFIX registrando 1,72% acumulado no final de junho. A rentabilidade abaixo apresentada pelos fundos imobiliários, se deu, por força do contexto macroeconômico no período. Historicamente, um dos principais motivos da queda dos preços dos fundos imobiliários se dá em função da alta da Selic. Uma vez que, os investidores migraram para a renda fixa em busca de maior rentabilidade na carteira.

Comparativo IFIX vs. Fundo Capitânia Reit que compõe a carteira consolidada:

Evolução de \$100

Período de análise: 31/12/2021 a 30/06/2022



Fundo	Mês	3 meses	6 meses	12 meses	Ano
Capitânia Reit Institucional FICFI MM Créd Priv.	0,08	1,29	1,72	1,61	1,72
IFIX	-0,89	0,58	-0,32	1,49	-0,32

3.5. Custos com Gestão de Recursos

Abaixo despesas referentes a serviço de administração, custódia (Selic, Cetip, CBLC, Intrag), controladoria, fiscalização (Anbid), auditoria dos Planos de Benefício e do Fundo Exclusivo Bela Cintra.

Descrição do Lançamento	BELA CINTRA	PLANO MS	PLANO MT	PLANO MULT	PLANO RG	PLANO RGUNIS	PLANO RO	PLANO RP	PLANO SPPREV	Total Geral
Auditoria	6.578,00									6.578,00
Confecção de Livro - Manual	698,20									698,20
Pagamento de CBLC					871,10	900,16		613,36		2.384,62
Taxa ANBID	3.270,00									3.270,00
Taxa CETIP	107.950,16	0,55	0,89	92,37	6.121,06	6.108,76	25,95	17.304,69	1,82	137.606,25
Taxa CVM	50.596,62									50.596,62
Taxa de Administração	578.050,01									578.050,01
Taxa de Custódia	82.612,27	26.669,47	26.669,47	26.669,47	166.715,54	173.945,96	26.669,47	101.964,85	26.669,47	658.585,97
Taxa SELIC	18.262,29									18.262,29
Total Geral	848.017,55	26.670,02	26.670,36	26.761,84	173.707,70	180.954,88	26.695,42	119.882,90	26.671,29	1.456.031,96

Serviços de Custódia:

Os serviços de custódia têm seus custos calculados de acordo com o patrimônio líquido dos Planos, considerando um custo mínimo mensal de R\$ 4.511,65 por plano. Os valores são atualizados anualmente pelo IPC-FIPE acumulado. Abaixo faixas de acordo com o PL:

Custos Custódia - Faixa Patrimônio Líquido		
Valor Inicial	Valor Final	%
0,00	500.000.000,00	0,050
500.000.000,01	1.500.000.000,00	0,045
1.500.000.000,01	999.999.999.999,99	0,040

Serviços de Controladoria:

Os serviços de controladoria e escrituração terão seus custos calculados a taxa de 0,015% ao ano sobre o patrimônio líquido apenas do fundo Bela Cintra a ser debitado da taxa de administração do fundo.

Despesas de Liquidação:

As contas de custódia nos diversos sistemas de liquidação, tais como CETIP, SELIC e CBLC, terão seus custos repassados as carteiras e são consistentemente reembolsados pelo PGA de cada plano.

3.6. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu para a Política de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação, em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo “Bela Cintra Fundo de Investimento”, que representa 48% do patrimônio, na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O controle de Risco de Mercado, é feito através do cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico que representa a perda máxima esperada de um dia para uma carteira ou um ativo, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento).

Para atender a recomendação do Conselho Fiscal quanto as “Informações Adicionais de Risco”, a Prevcom contratou a partir de 23/06/2022 a empresa Aditus Consultoria e Sistemas para monitoramento mensal de risco da carteira. Todos os relatórios incluindo, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, serão disponibilizados em até 10 dias úteis após fechamento do mês e envio de toda documentação. Esses relatórios serão enviados mensalmente ao Conselho. Anexo Relatórios de Compliance, elaborado individualmente para os 8 Planos, incluindo:

- **Limites de Alocação e Concentração:** análise dos limites de alocação e de concentração estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do plano;
- **Derivativos:** esse item analisa o enquadramento em relação ao Art. 30 da Resolução CMN N° 4.994, que delimita os depósitos de margem para futuros e o prêmio pago em opções. São apresentados somente os fundos com alocação direta, e os fundos classificados no segmento estruturado e exterior, por serem considerados como ativos finais para fins de enquadramento, não estão sujeitos a esses limites;
- **Vedações:** analisa o enquadramento em relação às vedações estabelecidas no Art. 36 da Resolução CMN nº 4.994 e em suas alterações posteriores;
- **Risco de Mercado:** esse item analisa o risco de mercado incorrido pela carteira de investimentos em relação ao limite de VaR e/ou B-VaR dos mandatos e/ou segmentos, assim como o limite de stress test, quando previstos em Política de Investimentos;

- **Risco de Liquidez:** a análise de risco de liquidez demonstra o percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias, para cada ativo presente nas carteiras próprias e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento;

- **Risco de Crédito:** a análise de risco de crédito considera as atribuições de notas para os ativos pertencentes à carteira de investimentos do plano. Por se tratar de uma primeira análise, a classificação abaixo pode deixar de levar em consideração algumas particularidades de cada ativo, que somente podem ser avaliadas a partir de leitura manual, por analistas especializados. Dessa forma, recomenda-se cautela nas conclusões obtidas a partir dessas tabelas, que não devem ser tratadas como definitivas. As equivalências das faixas estão disponíveis no Relatório de Risco de Mercado.

Observando que, para fins de análise de risco, a Aditus considera além do patrimônio das carteiras dos investimentos custodiados no Banco Itaú, os saldos dos recursos garantidores de cada plano de benefícios em suas respectivas contas correntes no Banco do Brasil (identificadas no Balancete na conta 1.02.03.04.01.1000).

Ressaltamos ainda, que os quadros apresentados nas páginas de 5 a 12 tratam de valores líquidos de impostos e a Aditus considera valores brutos em sua análise.

Segue tabela para melhor entendimento:

PLANOS	MT	Mult	RO	SP	MS	RP	UNIS	RG
Valor Liq./Custódia	1.872.998,20	13.399.487,31	4.811.610,91	1.918.289,95	744.158,56	552.464.507,40	913.060.237,31	872.694.775,37
Valor Bruto/Custódia	1.873.539,26	13.400.094,58	4.812.162,99	1.918.472,26	744.401,34	552.479.126,84	913.073.129,59	872.706.553,41
C.c. Benefícios/BB	105.234,17	6.704,07	156.844,14	129.174,01	2.905,33	2.725.984,94	38.052,45	695.697,18
Total	1.978.773,43	13.406.798,65	4.969.007,13	2.047.646,27	747.306,67	555.205.111,78	913.111.182,04	873.402.250,59
								2.338.258.809,84

Ressaltamos que, a Aditus não relatou nenhuma desconformidade com as Políticas de Investimento vigentes.

Aditus alertou quanto a ausência de indicação do código ISIN do fundo BTG PACTUAL CRED CORP FI RF CRED PRIV. Solicitamos a inclusão desse dado técnico ao Custodiante dos Planos, Itaú Unibanco SA. e já encontra-se regularizado (**Código ANBIMA:** 293075 **CNPJ:** 14.171.644/0001-57 **ISIN:** BRPRTCCTF006).

Em complemento aos relatórios da Aditus, apresentamos abaixo quadro de informações adicionais de risco e retorno da carteira consolidada elaborada pela PPS. No período analisado, 53,6% dos dias apresentaram retorno acima do benchmark e a medida de aderência da rentabilidade da carteira ao benchmark, Tracking Error (%), foi de 0,365. Esses indicadores e os demais apresentados no quadro abaixo refletem a turbulência nos mercados verificada no primeiro semestre de 2022 e demonstram uma deterioração desses indicadores com relação ao quadro apresentado no RCI do 2º semestre de 2021.

Informações adicionais de risco

Unidade do Período de Análise:	dia	Risco	
Nº de períodos analisados	125	Volatilidade ao dia (%)	0,306
Comparação com o Benchmark IBGE_IPCA		Volatilidade ao mês (%)	1,402
Nº de períodos com retorno menor que o Benchmark	58	Volatilidade ao ano (%)	4,855
Nº de períodos com retorno igual ao Benchmark	0	Beta	0,047
Nº de períodos com retorno maior que o Benchmark	67	Correlação com o IBGE_IPCA	0,032
Proporção dos retornos menor que o Benchmark	46,40%	Erro Quadrático Médio (%)	0,001344
Proporção dos retornos igual ao Benchmark	0,00%	Raiz do Erro Quadrático Médio (%)	0,037
Proporção dos retornos maior que o Benchmark	53,60%	Tracking Error (%)	0,365
Comparação com 0% de retorno		Índice de Sharpe	0,103
Nº de períodos com retorno menor que 0%	53	Alfa de Jensen (%)	0,032
Nº de períodos com retorno igual a 0%	0	M2 de Modigliani (%)	0,021
Nº de períodos com retorno maior que 0%	72	Retorno	
Proporção dos retornos menor que 0%	42,40%	Retorno % do CDI	174,594
Proporção dos retornos igual a 0%	0,00%	Retorno Médio (%)	0,074
Proporção dos retornos maior que 0%	57,60%	Retorno Médio CDI (%)	0,042
Máximos e Mínimos		Retorno Médio IBGE_IPCA (%)	0,043
Máximo Retorno	1,80%	Retorno Acumulado (%)	9,618
Data do Máximo Retorno	11/02/2022	Retorno Acumulado CDI(%)	5,401
Mínimo Retorno	-0,59%	Retorno Acumulado IBGE_IPCA(%)	5,487
Data do Mínimo Retorno	25/03/2022	Outras Info	
Draw Down		Data Inicial	31/12/2021
Máximo Draw Down	0,64%	Data Final	30/06/2022
Início do Máximo Draw Down	03/01/2022	Prazo em dias úteis (inclui primeiro, exclui último)	124
Data do Máximo Draw Down	24/01/2022	Prazo em dias corridos (inclui primeiro, exclui último)	181
Tempo Recuperação do Máximo Draw Down	17	Dias úteis com cotação (inclui primeiro, inclui último)	125
Data Recuperação Máximo Draw Down	26/01/2022	Opções	

Documentos anexos com data base Junho/2022:

- Lâminas individuais por Planos e Consolidada;
- Balancete;
- Relatório de Compliance individuais por Plano;
- Política de investimento de cada Plano; e
- Atas do Comitê de Investimento no 1 semestre de 2022.

3.7. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Diante das análises efetuadas, e em atendimento ao art. 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho observou que a Fundação SP-PREVCOM, no 1º semestre de 2022, teve as Políticas de Investimentos de todos os planos por ela geridos aderentes à Resolução CMN nº 4.661/18 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, salvos apontamentos a serem mencionados na recomendação.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados, identificou que 47.9% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Fundo Bela Cintra em NTNBS. O restante é investido em outros fundos do segmento de renda fixa bem como em fundos dos segmentos de multimercado, Renda Variável Doméstica e Ações no Exterior.

Com base nas informações apresentadas no relatório da Aditus, não foram verificados desenquadramentos nos limites de alocação por segmento dos investimentos ou na concentração por emissor. O referido relatório apresentou os indicadores de risco (VaR) por segmento de investimento de cada plano, com os indicadores sempre abaixo dos limites fixados nas respectivas políticas de investimento. De forma semelhante o relatório apresentou a liquidez por plano, indicando que os Planos RG, RG-UNIS e RP, apresentaram liquidez acima de 20% num horizonte de 7 dias úteis, enquanto dos demais apresentaram liquidez de mais de 60% no mesmo horizonte. Contudo, os relatórios não apresentaram indicadores de aderência as metas por segmento de investimento (trekking erros por exemplo)

Este conselho recomenda que a Diretoria de Investimentos solicite a Aditus que inclua no próximo relatório indicadores de aderência as metas/bechmarks e que continue a apresentar e aprimorar o relatório sintético do consolidado dos planos com os indicadores de risco, retorno e aderência as metas/bechmarks.

Este conselho recomenda que a PREVCOM sempre busque avaliar e comparar a qualidade de gestão e performance da rentabilidade de outros fundos de previdência similares e indicadores do setor, como os produzidos pela ABRAPP (https://www.abrapp.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Consolidado-Estatistico_05.2021-2.pdf). Essas informações podem indicar possíveis melhorias operacionais. Destacamos que a Diretoria Executiva apresentou ao CF alguns comparativos de rentabilidade com fundos selecionados, mas destacamos que esse esforço deveria ser feito de forma sistemática e com metodologia transparente.

As atas do comitê de investimento indicam que o manual de investimentos da fundação e as Políticas de Investimentos nortearam as discussões e recomendações ali tratadas, em consonância com as atribuições do comitê. Contudo, tendo em vista a atribuição do comitê de: “Analisar os investimentos sob os princípios da segurança, da rentabilidade, da solvência, da liquidez e da transparência”, o Conselho Fiscal recomenda que o comitê analise e registre em ata e de forma consistente a posição do comitê com relação a investimentos com rendimentos abaixo da meta e em particular dos investimentos de pior performance ou que estão apresentando resultados abaixo do esperado de forma recorrente.

Por fim, este conselho recomenda que a diretoria executiva encaminhe para aprovação do Conselho Deliberativo a inclusão de limites de stress test nas políticas de investimento.

4 Análise dos Planos de Benefícios

O Conselho Fiscal verificou a documentação do 1º semestre de 2022, disponibilizada pela Fundação, para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios, de acordo com o inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Planos de Benefícios aprovados pela PREVIC

As aprovações dos Planos de Benefícios, administrados pela PREVCOM, estão destacadas a seguir:

Regulamentos aprovados pela PREVIC		
Planos de Benefícios /CNPB	Nº das Portarias e Datas de aprovação	Planos de Benefícios instituídos para
PREVCOM RG/CNPB 2013.0002-19	Portaria nº 18, de 18 de janeiro de 2013	Os empregados públicos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, elencados no artigo 1º, §1º, item “3”, e §2º da Lei Estadual nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011.
PREVCOM RP/CNPB 2013.0001-38	Portaria nº 19, de 18 de janeiro de 2013	Servidores titulares de cargos efetivos ou de cargos vitalícios do Estado de São Paulo, admitidos no serviço público a partir de 21 de janeiro de 2013.
PREVCOM RG-UNIS /CNPB 2013.0020-92	Portaria nº 670, de 03 de dezembro de 2013	Os empregados públicos das Universidades Estaduais Paulistas (Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP) submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.
PREVCOM RO/CNPB 2018.0013-29	Portaria nº 791, de 14 de agosto de 2018	Os servidores públicos do Estado de Rondônia, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013.
PREVCOM MULTI/CNPB 2018.0018-92	Portaria nº 935, de 1º de outubro de 2018	Os servidores públicos dos Municípios e Estados, cujo Ente Federativo tenha delegado a administração do plano de benefícios de caráter previdenciário complementar à PREVCOM, conforme disposição legal.
SP Previdência/CNPB 2019.0038-56	Portaria nº 1.127, de 30 de dezembro de 2019	Os servidores públicos do Município de São Paulo, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018.
PREVCOM MS/CNPB 2020.0004-74	Portaria nº 478, de 8 de julho de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 261, de 21 de dezembro de 2018.
PREVCOM-MT/CNPB 2020.0026-47	Portaria nº 821, de 25 de novembro de 2020	Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, submetidos ao Regime Próprio Previdência Social, abrangidos pela Lei Complementar nº 670, de 4 de setembro de 2020.

Convênios de Adesão				
Planos Benefícios	de	Data da Publicação	Portaria PREVIC	Convênio celebrado entre a PREVCOM e:
PREVCOM RG		21/jan/13	Portarias Previc nº 18	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RP		21/jan/13	Portarias Previc nº 19	Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.
PREVCOM RG		22/mar/13	Portarias Previc nº 147	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RP		22/mar/13	Portarias Previc nº 148	Convênios de Adesão da Assembleia Legislativa
PREVCOM RG		09/mai/13	Portaria Previc nº 243	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.
PREVCOM RP		02/out/13	Portaria Previc nº 520	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.
PREVCOM RG-UNIS		04/dez/13	Portaria Previc nº 670	Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
PREVCOM RP		23/jun/14	Portaria Previc nº 302	Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.
PREVCOM RO		06/nov/18	Portaria Previc nº 1.016	Estado de Rondônia
PREVCOM MULTI		03/out/18	Portaria Previc nº 935	Município de Birigui - SP
PREVCOM MULTI		06/nov/18	Portaria Previc nº 1.017	Município de Santa Fé do Sul - SP
PREVCOM MULTI		29/jan/19	Portaria Previc nº 56	Município de Jales - SP
PREVCOM MULTI		09/abr/19	Portaria Previc nº 272	Município de Ribeirão Preto - SP
PREVCOM MULTI		18/jun/19	Portaria Previc nº 489	Município de Guarulhos - SP
PREVCOM MULTI		26/ago/19	Portaria Previc nº 730	Município de Louveira - SP
PREVCOM MULTI		08/out/19	Portaria Previc nº 855	Município de Osasco - SP
SP Previdência		02/jan/20	Portaria Previc nº 1.127	Município de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo
PREVCOM MS		13/set/20	Portaria Previc nº 478	Estado de Mato Grosso do Sul
PREVCOM-MT		26/nov/20	Portaria Previc nº 821	Estado de Mato Grosso
PREVCOM MULTI		28/set/21	Portaria Previc nº 648	Município de Mairiporã - SP
PREVCOM MULTI		19/nov/21	Portaria Previc nº 766	Município de Santos - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/21	Portaria Previc nº 810	Município de Itapevi - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/2021	Portaria Previc nº 811	Município de Barretos - SP
PREVCOM MULTI		07/dez/21	Portaria Previc nº 812	Município de Valentim Gentil - SP
PREVCOM-PA		1º/ago/22	Portaria nº 686	Estado do Pará

4.2. Desempenho dos Planos de Benefícios

A natureza dos Planos de Benefícios, administrados pela Prevcum é de Contribuição Definida (CD). Com base nas Notas Técnicas atuariais, não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício, quando adotado o tempo correspondente à expectativa de vida. A tábua biométrica adotada para o benefício recalculado anualmente, com base no fator atuarial é BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Para atender às disposições regulamentares destes Planos de Benefícios, observadas as disposições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 17/2015, a PREVCOM realizou, em 2017, a cotação de preços e de condições, separadamente, para a nova contratação de benefícios de risco por morte e/ou invalidez voltada para seus participantes. Trata-se da renovação da contratação de cobertura de Benefícios de Risco por invalidez total e permanente e por morte, em forma de Pecúlio, oferecidos em planos de Previdência Complementar, isto é, pagamento em parcela única, na ocorrência do evento gerador. A Seguradora Mongeral Aegon e Previdência foi selecionada no processo seletivo, ocorrido no segundo semestre de 2017. O contrato, vigente, foi assinado em 05 de janeiro de 2018, com prazo de vigência de 60 meses, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de contabilidade da Fundação foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:

	Plano PREVCOM RP				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	403.481	1.939.082	1.831.283	2.077.487	2.027.828
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	312.773.166	374.829.214	433.784.128	497.070.601	559.215.103
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	331.941	489.099	623.239	820.024	999.051
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	3.823.971	4.167.691	5.674.394	7.194.501	6.789.174
2.03 - Patrimônio Social	317.332.559	381.425.086	441.913.044	507.162.613	569.031.156

Plano PREVCOM RG					
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	11.702.856	15.539.839	20.304.896	21.515.272	40.502.530
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	582.705.194	660.299.576	718.929.340	782.873.264	820.448.295
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	7.977.731	9.328.923	10.823.032	12.614.066	14.787.107
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	9.966.493	10.231.198	11.619.880	12.006.916	11.474.301
2.03 - Patrimônio Social	612.352.274	695.399.536	761.677.148	829.009.517	887.212.232

Plano PREVCOM RG-UNIS					
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	13.867.305	13.580.430	13.080.840	14.034.471	16.675.113
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	624.489.246	704.525.817	766.831.085	828.215.782	891.684.351
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	5.631.771	6.431.152	7.267.244	8.173.905	9.251.084
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	7.367.429	7.722.121	8.533.069	9.898.217	13.970.364
2.03 - Patrimônio Social	651.355.751	732.259.520	795.712.237	860.322.374	931.580.912

Plano PREVCOM RONDÔNIA					
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	850.478	1.450.280	2.327.349	3.515.939	5.065.912
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	1.781	11.128	11.393	11.562	27.987
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	168.963	362.494	418.343	266.853	267.261
2.03 - Patrimônio Social	1.021.222	1.823.902	2.757.085	3.794.355	5.361.160

	Plano PREVCOM MULTI				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.742.752	7.128.782	9.172.627	11.490.463	13.655.038
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	4	31	19.614	29.648	31.836
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	4.422	81.564	147.655	162.724	574.425
2.03 - Patrimônio Social	4.747.178	7.210.377	9.339.896	11.682.835	14.261.299

	Plano SP PREVIDÊNCIA				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	168.231	321.017	1.507.270	2.218.374
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0	239	238	250
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	576.380	840.734	894.596	724.426
2.03 - Patrimônio Social	-	744.611	1.161.991	2.402.103	2.943.049

	Plano PREVCOM MS				
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	15.708	79.409	350.815	836.350
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0		14	15
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	313.829	609.932	682.413	588.612
2.03 - Patrimônio Social	-	329.537	689.341	1.033.242	1.424.976

Plano PREVCOM MT					
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0	0	0	0	0
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	0	0	148.773	788.755	1.992.578
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0	0		0	0
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	0	0	412.407	523.540	459.220
2.03 - Patrimônio Social	-	-	561.180	1.312.295	2.451.797

CONSOLIDADO					
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
	jun/20	dez/20	jun/21	dez/21	jun/22
2.03.01.01.01 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	25.973.642	31.059.352	35.217.019	37.627.230	59.205.470
2.03.01.01.02 - PROVISÕES MATEMÁTICAS BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.525.560.835	1.748.417.608	1.931.593.729	2.125.812.889	2.295.116.001
2.03.02.01.01 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS PREVIDENCIAIS-REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	13.943.228	16.260.332	18.744.760	21.649.456	25.097.328
2.03.02.02 - Constituição/Reversão de Fundos-FUNDOS ADMINISTRATIVOS-PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	21.331.279	23.455.277	28.256.413	31.629.759	34.847.782
2.03 - Patrimônio Social	1.586.808.985	1.819.192.569	2.013.811.921	2.216.719.333	2.414.266.581

O Patrimônio de Cobertura do Plano é o conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos atuariais do plano, que são as **Provisões Matemáticas**. Esse patrimônio evidencia o total de recursos capitalizados e acumulados pelo Plano de Benefícios, destinado ao custeio exclusivo dos respectivos benefícios previdenciários.

A natureza dos planos de benefícios (Contribuição Definida) transforma as cotas individuais em nome de cada Participante em cotas de Fundos. A Fundação atestou que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM RP-CNPB 2013.0001-38
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	573.512.622,35
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	18.307.511,56
Investimentos (1.02.03)	555.205.110,79
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	555.205.110,79
2. Obrigações	4.481.466,29
Operacional (2.01)	4.481.466,29
3. Fundos não Previdenciais	6.789.173,74
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	6.789.173,74
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	562.241.982,32
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	561.242.930,87
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	999.051,45
Equilíbrio	- 0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM RG-CNPB 2013.0002-19
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	892.191.070,35
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	18.788.821,18
Investimentos (1.02.03)	873.402.249,17
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	873.402.249,17
2. Obrigações	4.978.838,02
Operacional (2.01)	4.978.838,02
3. Fundos não Previdenciais	11.474.300,93
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	11.474.300,93
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	875.737.931,40
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	860.950.824,81
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	14.787.106,59
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS-CNPB 2013.0020
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	933.963.588,23
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	20.852.407,45
Investimentos (1.02.03)	913.111.180,78
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	913.111.180,78
2. Obrigações	2.382.676,53
Operacional (2.01)	2.382.676,53
3. Fundos não Previdenciais	13.970.363,97
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	13.970.363,97
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	917.610.547,73
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	908.359.464,18
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	9.251.083,55
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM RO-CNPB 2018.0013-29
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	5.718.788,72
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	749.781,82
Investimentos (1.02.03)	4.969.006,90
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	4.969.006,90
2. Obrigações	357.628,76
Operacional (2.01)	357.628,76
3. Fundos não Previdenciais	267.260,99
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	267.260,99
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	5.093.898,97
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	5.065.912,38
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	27.986,59
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM MULTI-CNPB 2018.0018-92
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	14.525.067,06
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	1.118.268,73
Investimentos (1.02.03)	13.406.798,33
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	13.406.798,33
2. Obrigações	263.768,17
Operacional (2.01)	263.768,17
3. Fundos não Previdenciais	574.425,42
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	574.425,42
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	13.686.873,47
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	13.655.037,53
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	31.835,94
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios SP Previdência-CNPB 2019.0038-56
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	3.071.958,02
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	1.024.311,96
Investimentos (1.02.03)	2.047.646,06
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	2.047.646,06
2. Obrigações	128.909,01
Operacional (2.01)	128.909,01
3. Fundos não Previdenciais	724.425,51
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	724.425,51
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.218.623,50
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	2.218.373,65
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	249,85
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM MS-CNPB 2020.0004-74
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	1.502.730,01
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	755.423,52
Investimentos (1.02.03)	747.306,49
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	747.306,49
2. Obrigações	77.753,95
Operacional (2.01)	77.753,95
3. Fundos não Previdenciais	588.611,91
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	588.611,91
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	836.364,15
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	836.349,63
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	14,52
Equilíbrio	0,00

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-PREVCOM
 Demonstrações do ativo líquido - Plano de Benefícios PREVCOM MT-CNPB 2020.0026-47
 Mês de JUNHO de 2022
 (Valores expressos em Reais)
 Descrição JUNHO/2022

1. Ativos	2.681.651,53
Recebíveis Previdencial (1.02.01 + 1.02.02)	702.878,27
Investimentos (1.02.03)	1.978.773,26
Fundos de Investimentos (1.02.03.04)	1.978.773,26
2. Obrigações	229.854,27
Operacional (2.01)	229.854,27
3. Fundos não Previdenciais	459.219,70
Fundos Administrativos (2.03.02.02)	459.219,70
4. Resultados a Realizar	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.992.577,56
Provisões Matemáticas (2.03.01.01)	1.992.577,56
Fundos Previdenciais (2.03.02.01)	-
Equilíbrio	0,00

Balanço patrimonial
Mês de JUNHO de 2022
(Valores expressos em Reais)

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Disponível	R\$ 1.651,20	Exigível operacional	R\$ 23.773.490,49
		Gestão Previdencial	R\$ 12.551.271,71
Realizável	R\$ 2.443.131.717,10	Gestão Administrativa	R\$ 11.222.218,78
Gestão Previdencial	R\$ 27.451.622,32	Exigível contingencial	R\$ 5.269.891,86
Gestão Administrativa	R\$ 13.645.282,27	Gestão Administrativa	R\$ 5.269.891,86
		Patrimônio Social	R\$ 2.414.266.581,27
Investimentos	R\$ 2.402.034.812,51	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 2.354.321.470,61
Fundos de Investimento	R\$ 2.402.034.812,51	Provisões Matemáticas	R\$ 2.354.321.470,61
		Benefícios a Concedidos	R\$ 59.205.470,10
Imobilizado e Intangível	R\$ 176.595,32	Benefícios a Conceder	R\$ 2.295.116.000,51
Imobilizado	R\$ 159.045,94	Fundos	R\$ 59.945.110,66
Intangível	R\$ 17.549,38	Fundos Previdenciais	R\$ 25.097.328,49
		Fundos Administrativos	R\$ 34.847.782,17
Total do ativo	R\$ 2.443.309.963,62	Total do passivo	R\$ 2.443.309.963,62

4.3. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Verificou-se a devida cobertura patrimonial dos planos. Além disso, tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adotam a capitalização por cotas dos planos, não há o que se manifestar acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que estas não são empregadas na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte à definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica BR-EMSsb-V.2015, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

5 Custos e Orçamento

A Resolução CGPC nº 13/20042, dispõe sobre a peça orçamentária, considerando as especificidades dos Planos de Benefícios.

O Orçamento, é aprovado pelo Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal³, se manifestar com relação aos controles internos, por meio de relatório contendo as conclusões, recomendações, análises e manifestações, ao término de cada semestre do exercício analisado.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária e demais Relatórios Gerenciais relacionados aos indicadores de despesas, que contemplam as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

O Fluxo de Caixa, apresenta a arrecadação mensal, entre outras informações.

Adicionalmente, foram apresentadas pela Fundação as informações para análise despesas dos investimentos, como custódias e corretagens reembolsadas no âmbito da gestão dos investimentos dos Planos de Benefícios, em R\$. Para o período analisado, foram observadas despesas como taxa de administração do fundo, imposto de renda, taxa CVM, custos CETIP, Auditoria, entre outros.

² RESOLUÇÃO CGPC Nº 13, DE 1º DE OUTUBRO DE 2004

Da divulgação e dos sistemas de informações

Art. 16. Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.

§ 2º Quando as circunstâncias recomendarem, a divulgação de que trata o caput poderá ser estendida ao público, tendo presente a relação custo-benefício envolvida.

³ Da manifestação do conselho fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos.

5.1. Gestão Previdencial

5.1.1. Total de contribuições e contrapartidas (Adições)

As Adições são representadas pelo total das contribuições efetuadas pelos patrocinadores, seus participantes ativos, ativos facultativos, ativos anteriores e autopatrocinados⁴ por meio de percentuais aplicados sobre o salário de participação mensal. Adicionalmente, a portabilidade⁵ de entrada e a contribuição facultativa⁶ compõem o montante movimentado mensalmente.

A arrecadação realizada no 1º semestre de 2022, foi orçada em R\$ 156.783.917,85 e realizada, no montante de R\$155.124.964,80

Conforme informação da Fundação, as contribuições facultativas a partir de R\$ 50.000,00 são informadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF em atendimento ao artigo 11 da Instrução MPS/PREVIC/DC Nº 18, de 24 de dezembro de 2014.

3	GESTÃO PREVIDENCIAL	CONSOLIDADO TODOS PLANOS		
		Orçado 2022	Realizado	Var. %
3.01	ADIÇÕES	157.417.940,77	155.124.964,80	-1,46%
3.01.01	CORRENTES	156.381.025,48	150.189.717,38	-3,96%
3.01.01.01	PATROCINADOR(ES)	66.348.435,72	66.042.617,12	-0,46%
3.01.01.03	PARTICIPANTES	63.231.789,35	62.641.011,72	-0,93%
3.01.01.04	AUTOPATROCINADOS	532.511,56	584.371,44	9,74%
3.01.01.07	CONTRIBUIÇÕES DE RISCOS TERCEIRIZADOS	26.268.288,86	20.921.717,10	-20,35%
3.01.02	REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	10.688,10	3.753,07	-64,89%
3.01.02.01	REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	10.688,10	3.753,07	-64,89%
3.01.05	PORTABILIDADE	927.863,33	1.342.741,19	44,71%
3.01.05.01	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA	863.688,40	440.946,13	-48,95%
3.01.05.02	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA	64.174,93	901.795,06	1305,21%
3.01.06	INDENIZAÇÃO DE RISCO TERCEIRIZADO	-	3.439.485,39	0,00%
3.01.99	OUTRAS ADIÇÕES	98.363,87	149.267,77	51,75%

O Anexo II, da Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020 dispõe sobre o registro contábil das contribuições de risco repassadas a terceiros.

Na Fundação, as receitas suportadas pelo contrato de cobertura de riscos (com a Seguradora Mongeral) com previsão no regulamento do plano de benefícios, realizadas no 1º semestre de 2022, totalizaram de R\$ 20.921.717,10.

⁴ Autopatrocinados são aqueles que, ao deixar de serem Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

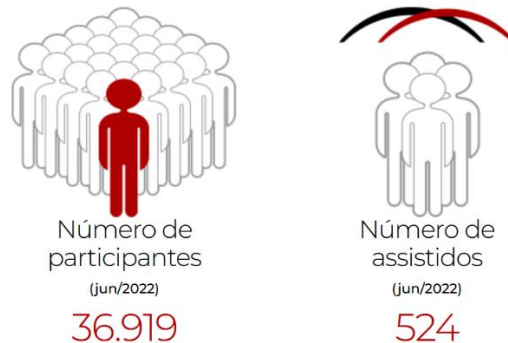
⁵ Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.

⁶ Contribuições facultativas são realizadas sem a contrapartida do Patrocinador, de caráter esporádico.

5.1.2. Total das deduções dos Planos de Benefícios

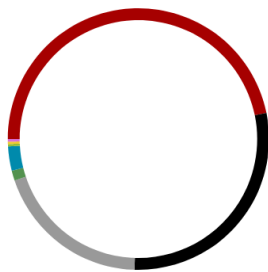
Os planos de benefícios administrados pela Prevcom são de caráter financeiro – Contribuição Definida, entretanto é importante avaliar o comportamento da massa de participantes e fluxo financeiro.

Os números da Fundação são atualizados no sítio da Prevcom, conforme segue:



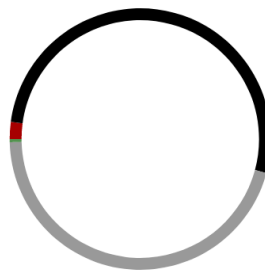
Participantes

Número de participantes (jun/2022)
36.919



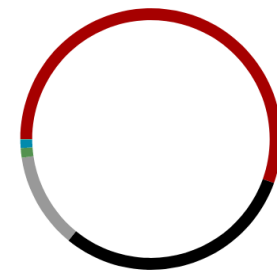
PREVCOM RP: 17.274
PREVCOM RG: 10.593
PREVCOM RG-UNIS: 7.155
PREVCOM RO: 458
PREVCOM MULTI: 1.107
SP Previdência: 104
PREVCOM MS: 109
PREVCOM MT: 119

Número de assistidos (jun/2022)
524



PREVCOM RP: 11
PREVCOM RG: 273
PREVCOM RG-UNIS: 238
PREVCOM MULTI: 2

Benefícios de risco (jun/2022)
20.684



PREVCOM RP: 11.472
PREVCOM RG: 6.291
PREVCOM RG-UNIS: 2.447
PREVCOM RO: 246
PREVCOM MULTI: 221
SP Previdência: 7

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias); institutos (resgates de contribuições e portabilidades); repasses de prêmios de riscos terceirizados no período.

A Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020 dispõe sobre o registro dos benefícios, conforme as rubricas a seguir:

3	GESTÃO PREVIDENCIAL	CONSOLIDADO TODOS PLANOS		
		Orçado 2022	Realizado	Var. %
		-		
3.02	DEDUÇÕES	(35.680.420,96)	(37.506.615,24)	5,12%
3.02.01	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	(8.499.451,20)	(9.038.510,34)	6,34%
3.02.01.01	APOSENTADORIA PROGRAMADA	(7.453.909,45)	(7.316.796,17)	-1,84%
3.02.01.02	INVALIDEZ	(184.422,59)	(48.295,38)	-73,81%
3.02.01.03	PENSÕES	(1.190.534,50)	(1.673.418,79)	40,56%
3.02.02	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO ÚNICA	(6.583.876,38)	(3.582.793,66)	-45,58%
3.02.02.01	PECÚLIO	(6.583.876,38)		-100,00%
3.02.02.03	PROVISÕES	0	(3.582.793,66)	0,00%
3.02.03	INSTITUTOS	(5.487.694,21)	(8.627.563,72)	57,22%
3.02.03.01	RESGATE	(4.226.432,63)	(6.951.316,05)	64,47%
3.02.03.02	PORTABILIDADE	(1.261.261,58)	(1.676.247,67)	32,90%
3.02.06	REPASSE DE PRÊMIO DE RISCOS TERCEIRIZADOS	(14.431.615,19)	(15.405.232,03)	6,75%
3.02.06.01	REPASSE DE PRÊMIO DE RISCOS TERCEIRIZADOS	(14.431.615,19)	(15.405.232,03)	6,75%
3.02.99	OUTRAS DEDUÇÕES	(677.783,97)	(852.515,49)	25,78%

5.1.3. Cotas previdenciais

O quadro a seguir, demonstra os valores das cotas previdenciais de cada um dos planos de benefícios administrados pela Fundação, no primeiro semestre de 2022.

PREVCOM	Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo		Cotas Previdenciais				Janeiro a Junho/22		
	C.N.P.J.: 15.401.381/0001-98		PLANOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO		ABRIL	MAIO
			FUNDO 100 RG	2,51382990	2,57240823	2,61448868	2,61381546	2,63148501	2,62545371
			FUNDO 200 RG UNIS	2,33608775	2,39294936	2,43220510	2,43212851	2,44948673	2,44430817
			FUNDO 300 RP	2,44635808	2,49645813	2,53307932	2,53305975	2,54997388	2,54690689
			FUNDO 400 RONDÔNIA	1,09097201	1,10167237	1,11830043	1,11649114	1,12304303	1,12281110
			FUNDO 550 MULTI	1,07359148	1,09023043	1,10715758	1,10479765	1,11052067	1,10976810
			FUNDO 600 SP PREFEITURA	1,02965246	1,03792477	1,05485035	1,05913539	1,06946410	1,07509117
			FUNDO 410 MS	1,00637525	1,01362358	1,03090307	1,03490989	1,04458909	1,04967790
			FUNDO 420 MT	0,99572108	1,00417271	1,01820802	1,02296285	1,03347063	1,04049014
			FUNDO 500 ADM PGA	1,82981201	1,84038895	1,85911571	1,86957952	1,88509045	1,89574260
			FUNDO 560 ADM RONDÔNIA	20,40924720	20,89940900	21,83421615	22,41294662	23,70875602	24,73553374
			FUNDO 570 ADM MULTI	1,18269236	1,20526617	1,23464517	1,25110387	1,27306368	1,29046477
			FUNDO 660 ADM SP PREFEITURA	1,04265319	1,05264883	1,07140421	1,08265956	1,10080415	1,11361923
			FUNDO 510 ADM MS	1,03625650	1,04629218	1,06486180	1,07637279	1,09501003	1,10901896
			FUNDO 520 ADM MT	1,03163154	1,04178906	1,06084044	1,07354915	1,09393383	1,11009921

5.1.4. Atividades previdenciárias

A Prevcom encerrou o 1º semestre de 2022 com uma redução de 248 participantes em relação a junho do mesmo ano. Apesar de ter havido uma leve melhora (no primeiro semestre houve redução de 337 participantes), este cenário ainda é resultado da instabilidade econômica provocada pela pandemia da Covid-19 que comprometeu a capacidade de investimento dos servidores e impediu as ações presenciais de prospecção (plantões e palestras). Além disso, conforme o baixo número de concursos e novas contratações de servidores e o impacto da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dificultou o acesso à base de potenciais participantes e limitou o universo disponível para prospecção, também contribuíram para este resultado.

As ações de relacionamento e prospecção mantiveram-se direcionadas a órgãos que têm apresentado cenários favoráveis, a exemplo do Tribunal de Justiça de São Paulo, que contou com a entrada de 144 participantes, e do Ministério Público em que as adesões foram alavancadas com o ingresso de 118 servidores, por meio de um intenso trabalho de atendimento remoto e palestras virtuais. Também merecem destaque os resultados alcançados nas Secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SAP, cujo atendimento remoto foi liberado após reuniões técnicas realizadas com as respectivas diretorias de Recursos Humanos. Entre as iniciativas destinadas aos planos de outros entes, vale ressaltar as ações realizadas junto aos municípios de Birigui, Santa Fé do Sul, Osasco e Guarulhos, que integram o PREVCOM MULTI, e ao estado de Mato Grosso, cujo plano recebeu 108 participantes. Ao todo, foram realizados no período 28.252 atendimentos remotos e 31 palestras virtuais.

A Prevcom continua a realizar ações online (lives) de educação financeira e previdenciária (tanto para participantes como potenciais participantes) e o trabalho junto aos demais entes da Federação para gestão da previdência complementar de seus servidores, em atendimento à Emenda Complementar 103/2019.

5.2. Gestão Administrativa

5.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores das Receitas da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte dos patrocinadores e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

A Resolução CNPC nº 48/2021, que dispõe sobre regras relativas às despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, revogou Resolução CGPC nº 29/2009.

De acordo com o dispositivo legal, compete ao Conselho Deliberativo – CD aprovar as fontes de custeio administrativo, observados os regulamentos dos planos de benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, as quais deverão estar expressamente previstas no plano de custeio. A Diretoria Executiva - DE, ao elaborar o Plano de Gestão Administrativa – PGA, deverá definir indicadores de gestão, que deverão ser ratificados pelo Conselho Deliberativo - CD, que também fixará critérios qualitativos e quantitativos às despesas administrativas e metas para os indicadores de gestão a fim de possibilitar ao Conselho Fiscal - CF a avaliação objetiva das despesas administrativas, inclusive gastos com pessoal.

As principais alterações da Nova Resolução CNPC nº 48/2021 são:

O Limite Anual estabelecido as entidades de que trata a Lei Complementar nº 108 de 2001 deixa de ser calculado pelo conjunto de planos e passa a ser por plano de benefício;

As Fontes de Custeio citadas nos incisos VI à VIII (fundo administrativo, dotação e doações) deixam de ser excepcionalizadas quando da apuração do limite legal, devendo, a partir do exercício de 2022, compor a base para verificação dos limitadores estabelecidos na respectiva norma.

As receitas administrativas (proveniente de seguradora, ganho na venda de ativo imobilizado, receitas com publicidades, entre outras) que até dezembro de 2021 eram deduzidos dos limites calculados para estabelecer o limite das fontes de custeio administrativo, passam a não ser mais redutores a partir de 2022.

De acordo com a Resolução, em seu artigo 5º, a partir de 2022 a entidade deverá acompanhar os limitadores por plano de benefício:

*Art. 5º O limite anual de recursos destinados para o plano de gestão administrativa **pelos planos de benefícios de caráter previdenciário patrocinados por entes de que trata a Lei Complementar nº 108, de 2001, deve ser um dos seguintes:***

I – até um por cento em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário, no último dia do exercício de referência; ou

II – até nove por cento em relação ao somatório das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário (fluxo previdenciário), no exercício de referência.

Permanecem o percentual, para os planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG UNIS da taxa de carregamento sobre as contribuições. Este, foi reduzido de 4% para 3% a partir de julho de 2019 e, posteriormente para 2% a partir de fevereiro de 2020 e 0% a partir de maio de 2020, portanto essa decisão, aprovada pelo Conselho Deliberativo, isenta os participantes do encargo a partir da contribuição de maio de 2020 (descontada em junho).

O percentual de taxa de carregamento dos planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, PREVCOM MS e PREVCOM MT é de 4%, sendo que para o plano SP Previdência a taxa é de 5%.

Para todos os planos administrados pela PREVCOM a taxa de administração permanece 1% sobre o patrimônio do fundo.

O atual sistema contábil não apresenta as rubricas segregadas, no PGA. A Prevcom está em processo de migração para uma nova plataforma.

RESUMO DAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS

ADMINISTRATIVO		CONSOLIDADO PGA		
		JUNHO/2022		VARIAÇÃO
		ORÇADO NO SEMESTRE	REALIZADO NO SEMESTRE	
4.01	RECEITAS ADMINISTRATIVAS	17.170.336,60	16.956.364,05	-1,25%
4.01.01	GESTÃO PREVIDENCIAL (TAXA DE CARREGAMENTO), INVESTIMENTOS (TAXA DE ADM) e DIRETAS - PRÓLABORE SEGURADORAS	16.970.916,72	16.590.429,69	-2,24%
4.01.06	DOTAÇÃO INICIAL	199.419,89	365.934,36	83,50%
2.01.02.05	ANTECIPAÇÃO DE CONTRIB. DE PATROCINADORES (Saldo)	1.561.869,90	2.605.129,20	66,80%

5.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Administração dos Planos Previdenciais são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram apresentadas ao CF as informações sobre a execução orçamentária e sobre os números consolidados do semestre, indicando, em resumo, que a Tendência (realizado entre janeiro e junho de 2022 e projetado) está em linha com o orçamento previsto para o período, com despesas gerais (em razão basicamente da contratação do serviço de aplicativo) e com outras despesas (em razão da contratação do seguro de dirigentes) mas compensados por economias maiores em outros grupos e rubricas, conforme quadro a seguir:

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

	PERÍODO	Acumulado no Ano 2022			TOTAL DO ANO 2022		
		ORÇADO	REALIZADO	VAR. %	ORÇADO	REALIZADO	VAR. %
	TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS COM ATIVO (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL) - 4.02 + 4.03 +1.03	20.429.666,64	15.229.714,59	-25,45%	39.233.655,44	15.229.714,59	-61,18%
	DESPESAS ADMINISTRATIVAS COM DEPRECIAÇÃO	20.404.666,64	15.225.994,59	-25,38%	39.208.655,44	15.225.994,59	-61,17%
4	TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS (sem a depreciação)	20.404.666,64	15.162.707,15	-25,69%	39.208.655,44	15.162.707,15	-61,33%
4.02	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	19.447.675,72	14.256.959,03	-26,69%	37.257.630,85	14.256.959,03	-61,73%
4.02.01	ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	19.447.675,72	14.256.959,03	-26,69%	37.257.630,85	14.256.959,03	-61,73%
4.02.01.01	PESSOAL E ENCARGOS	8.763.540,00	7.483.430,37	-14,61%	17.527.080,00	7.483.430,37	-57,30%
4.02.01.02	TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	48.000,00	15.165,88	-68,40%	176.000,00	15.165,88	-91,38%
4.02.01.03	VIAGENS E ESTADIAS	54.000,00	5.000,00	-90,74%	108.000,00	5.000,00	-95,37%
4.02.01.04	SERVIÇOS DE TERCEIROS	8.420.636,77	4.405.060,38	-47,69%	15.812.190,10	4.405.060,38	-72,14%
4.02.01.05	DESPESAS GERAIS	2.069.298,94	2.199.661,34	6,30%	3.453.960,75	2.199.661,34	-36,31%
4.02.01.06	DEPRECIAÇÃO	-	63.287,44	0,00%	-	63.287,44	0,00%
4.02.01.98	OUTRAS DESPESAS	92.200,00	148.641,06	61,22%	180.400,00	148.641,06	-17,60%
4.03	CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE PROVISÕES CONTINGEN	956.990,92	905.748,12	-5,35%	1.951.024,59	905.748,12	-53,58%
1.03	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	25.000,00	3.720,00	-85,12%	25.000,00	3.720,00	-85,12%

O caput e parágrafo único do art. 3º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, dispõe que as despesas administrativas são geridas de forma compartilhada, para os planos de benefícios do Governo de São Paulo sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio proporcional às respectivas receitas originárias das taxas de carregamento e de administração. Os gastos com os novos entes serão ressarcidos à Fundação, por meio do fomento e dos aportes extraordinários, descritos no item 4, devido a alteração da Lei e a permissão para administrar entes. As despesas diretas serão cobradas sem a aplicabilidade da proporção.

Critério de rateio das despesas administrativas:

Para o exercício de 2022, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, na reunião de outubro de 2021, o novo critério de rateio, cuja média entre o número de participantes, arrecadação e patrimônio, melhor se adapta à realidade da Fundação:

Planos de Benefícios	nº part.	Arrecadação	Patrimônio	Rateio
1- PLANO PREVCOM RP	40,61%	36,72%	22,30%	32,99%
2 - PLANO PREVCOM RG	28,02%	35,01%	37,50%	33,74%
3- PLANO PREVCOM RG-UNIS	18,26%	24,57%	39,57%	27,50%
4- PLANO PREVCOM MS	2,52%	0,32%	0,00%	0,94%
5- PLANO PREVCOM MULTI	3,04%	1,50%	0,48%	1,66%
6- PLANO PREVCOM RO	2,52%	1,15%	0,13%	1,26%
7- PLANO PREVCOM MT	2,52%	0,39%	0,01%	0,97%
8- PLANO SP PREVIDENCIA	2,52%	0,34%	0,02%	0,95%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Despesas administrativas dos investimentos:

Para o período analisado, foram observadas seguintes despesas como taxa de administração do fundo:

Descrição do Lançamento	BELA CINTRA FI RENDA FIXA	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - MULTI	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - RG	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - RO	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - RP	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - UNIS	FUNDAÇÃO DE PREV COMPLEMEN TAR DO ESTADO DE SAO PAULO	FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMEN TAR DO ESTADO DE SAO PAULO	FUNDAÇÃO PREV COMP ESTADO SP - MS	Total Geral
Auditoria	R\$ 6.578,00									R\$ 6.578,00
Confecção de Livro - Manual	R\$ 698,20									R\$ 698,20
Pagamento de CBLC			R\$ 871,10		R\$ 613,36	R\$ 900,16				R\$ 2.384,62
Taxa ANBID	R\$ 3.270,00									R\$ 3.270,00
Taxa CETIP	R\$ 107.950,16	R\$ 92,37	R\$ 6.121,06	R\$ 25,95	R\$ 17.304,69	R\$ 6.108,76	R\$ 1,82	R\$ 0,89	R\$ 0,55	R\$ 137.606,25
Taxa CVM	R\$ 50.596,62									R\$ 50.596,62
Taxa de Administração	R\$ 578.050,01									R\$ 578.050,01
Taxa de Custódia	R\$ 82.612,27	R\$ 26.669,47	R\$ 166.715,54	R\$ 26.669,47	R\$ 101.964,85	R\$ 173.945,96	R\$ 26.669,47	R\$ 26.669,47	R\$ 26.669,47	R\$ 658.585,97
Taxa SELIC	R\$ 18.262,29									R\$ 18.262,29
Total Geral	R\$ 848.017,55	R\$ 26.761,84	R\$ 173.707,70	R\$ 26.695,42	R\$ 119.882,90	R\$ 180.954,88	R\$ 26.671,29	R\$ 26.670,36	R\$ 26.670,02	R\$ 1.456.031,96

5.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

De acordo com o Art. 11, da Resolução CNPC nº 48/2021, o conselho fiscal da fundação deve acompanhar e controlar a execução orçamentária, com observância ao limite de que trata o art. 5º, dos critérios quantitativos e qualitativos e dos indicadores de gestão das despesas administrativas e de suas respectivas metas.

Parágrafo único. O conselho fiscal deve se manifestar sobre o disposto no caput por ocasião da elaboração do relatório de controle interno. Para acompanhar a execução do orçamento anual, a diretoria executiva estabeleceu alguns indicadores que serão usados para avaliar a evolução das despesas administrativas, com as respectivas metas, aprovadas pelo CD e que servirão de parâmetro para análise dos indicadores.

Resultados – 1º Semestre 2021

Os indicadores de Gestão são medidas que ajudam a Fundação a avaliar seu desempenho com relação aos objetivos e estratégias. Esses indicadores devem ser monitorados para permitir avaliar desvios e definir planos de correção.

5.2.3.1 Análise individualizada dos indicadores de Gestão

INDICADORES	DESCRIÇÃO	FORMULA NA PREVCOM*	FINALIDADE	COMENTÁRIOS
1- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO POR PLANO DE BENEFÍCIO	Custeio Previdencial + custeio de investimentos / Recursos Garantidores	$4.01 / 1.01 + 1.02.03 - 2.01.03 - 2.02.03 \times 100$	Demonstra o custeio administrativo do plano de benefício em relação aos seus recursos garantidores.	Esse indicador representa o limite anual de 1% estabelecidos pela resolução CGPC nº 48/2021.
2- TAXA DE CARREGAMENTO POR PLANO DE BENEFÍCIO	Custeio Previdencial + custeio de investimentos / Fluxo Previdencial	$4.01 / 3.01.01.01 + 3.01.01.02 + 3.01.01.03 + 3.01.01.04 + 3.01.01.05 - 3.02.01 - 3.02.02 \times 100$	Demonstra o custeio administrativo do plano de benefício em relação aos seus fluxos previdenciais.	Esse indicador representa o limite anual de 9% estabelecidos pela resolução CGPC nº 48/2021.
3- DESPESAS ADM POR PARTICIPANTE	Despesa Administrativa / Nº DE PARTICIPANTES	$4.02.00 + 4.03 / \text{N}^\circ \text{ Partic.}$	Demonstra o custo administrativo por participante da entidade	O indicador demonstra o Custo Per Capita anual de despesa administrativa da entidade.
4- DESPESAS ADM S/RECURSOS GARANTIDORES	Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	$4.02.00 + 4.03 / 1.01 + 1.02.03 - 2.01.03 - 2.02.03 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação aos Recursos Garantidores Administrados pela entidade.	O indicador calculado demonstra o % anual dos Recursos Garantidores está sendo utilizado para as despesas administrativas
5- DESPESAS ADM S/ATIVO TOTAL	Despesas Administrativas / Ativo Total	$4.02.00 + 4.03 / 1.00.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação ao total de Ativos Administrados pela entidade.	O indicador calculado demonstra o % anual dos Ativos está sendo utilizado para as despesas administrativas
6- DESPESAS ADM/RECEITAS ADMINISTRATIVAS	Despesas Administrativas/Receita Administrativa	$4.02.00 + 4.03 / 4.01.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas em relação às Receitas Administrativas.	O indicador calculado demonstra o % das despesas administrativas em relação ao total das receitas administrativas, demonstrando o fluxo administrativo.
7- DESPESAS ADM S/PESSOAL	Despesas de Pessoal e Encargos / Despesas Administrativas	$4.02.01.01 / 4.02.00 \times 100$	Demonstra quanto representam as despesas administrativas de pessoal e encargos em relação as despesas totais da entidade.	O indicador calculado demonstra o % das despesas administrativas de Pessoal e Encargos em relação ao total das despesas administrativas.
8- EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Fundo Administrativo Final do período / Fundo Administrativo Inicial do período	$2.03.02.02 \text{ final} / 2.03.02.02 \text{ inicial} \times 100$	Demonstra a evolução do Fundo Administrativo em um determinado período podendo ser mensal ou anual.	O indicador representa a evolução do Fundo Administrativo

Na Prevcom, o registro da Dotação Inicial vai direto para a rubrica 4.01.06 Dotação Inicial, motivo da mudança, na descrição das fórmulas das taxas de administração e carregamento. O montante dos Recursos Garantidores contém os valores da Dotação Inicial, indicado no Inciso VI, do Artigo 2º: VI - taxa de administração: percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, cujo valor correspondente é transferido ao plano de gestão administrativa.

4.1 - Limitador Taxa de Administração				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
FONTE DE CUSTEIO	33.943.163,51	16.956.364,05	33.912.728,10	-0,09%
RECURSOS GARANTIDORES	2.672.316.645,03	2.402.036.463,71	2.618.940.753,39	-2,00%
Taxa de Administração	1,27%	0,71%	1,29%	
LIMITE LEGAL	1,00%	1,00%	1,00%	

4.2 - Limitador Taxa Carregamento				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
FONTE DE CUSTEIO	33.943.163,51	16.956.364,05	33.912.728,10	-0,09%
Fluxo Previdencial (CONTRIBUIÇÕES e BENEFÍCIOS)	290.392.128,40	116.646.696,28	233.293.392,56	-19,66%
Taxa de Carregamento	11,69%	14,54%	14,54%	
LIMITE LEGAL	9,00%	9,00%	9,00%	

4.3 - Despesa Adm sobre os Recursos Garantidores				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESAS ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
RECURSOS GARANTIDORES	2.672.316.645,03	2.402.036.463,71	2.618.940.753,39	-2,00%
Despesas sobre RG	1,47%	0,63%	1,16%	

4.4 - Despesa Administrativa sobre Fluxo Previdencial				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESA ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
Fluxo Previdencial (CONTRIBUIÇÕES e BENEFÍCIOS)	290.392.128,40	116.646.696,28	233.293.392,56	-19,66%
DESPESA ADM S/FLUXO	13,50%	13,00%	13,00%	

4.5 - Despesa Anual por Participante				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESAS ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
Nº DE PARTICIPANTES	36.280	36.919	36.919	1,76%
Custo por participante	R\$ 1.080,72	R\$ 410,70	R\$ 821,40	

4.6 - Despesa Adm Anual sobre Ativos				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESAS ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
ATIVOS	2.672.316.645,03	2.443.309.963,62	2.663.943.088,40	-0,31%
Despesas sobre Ativos	1,47%	0,62%	1,14%	

4.7 - Despesa Adm Anual sobre Receitas Administrativas				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESAS ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	34.340.673,21	16.956.364,05	33.912.728,10	-1,25%
Despesas sobre Receita Adm	114,18%	89,42%	89,42%	

4.8 - Despesa Pessoal Encargos sobre Despesa Adm Anual				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
DESPESA PESSOAL	17.527.080,00	7.483.430,37	14.966.860,74	-14,61%
DESPESAS ANUAL	39.208.655,44	15.162.707,15	30.325.414,30	-22,66%
Despesas Adm sobre Despesa Pessoal	44,70%	49,35%	49,35%	

ANUAL				
4.9 - Evolução do Fundo Administrativo				
Período	ORÇADO	REALIZADO ACUMULADO ATÉ O PERÍODO	Estimativa Anual	Var. %
Fundo Adm início do Período	23.785.322,59	31.629.758,51	31.629.758,51	32,98%
Fundo Adm Final do Período	24.419.797,14	34.847.782,17	37.994.568,78	55,59%
% de Evolução	2,67%	10,17%	20,12%	

MENSAL				
4.9 - Evolução do Fundo Administrativo				
Período	ORÇADO	REALIZADO ATÉ O PERÍODO	Var. %	
Fundo Adm início do Período	23.785.322,59	34.232.921,83	43,92%	
Fundo Adm Final do Período	24.419.797,14	34.847.782,17	42,70%	
% de Evolução	2,67%	1,80%		

5.3. Investimentos em Imobilizado e Intangível

No 1º semestre de 2022 o Conselho prosseguiu a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação.

O valor orçado para o 1º semestre de 2022 foi de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). As aquisições do período, foram demonstradas no quadro abaixo.

Aquisição de dois SCANNER, com a empresa SISTECNICA INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI, no valor de \$3.720,00.

	PERÍODO	Acumulado no 1º Sem 2022			TOTAL DO ANO 2022		
		ORÇADO	REALIZADO	VAR. %	ORÇADO	REALIZADO	VAR. %
1.03	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	25.000,00	3.720,00	-85,12%	25.000,00	3.720,00	-85,12%

5.4. Manifestação e Recomendação do Conselho Fiscal

Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no primeiro semestre, em investimento em ativo permanente, no item computadores e periféricos, permaneceram inferiores aos valores orçados para o período, sendo que o realizado foi muito aquém dos valores imputados a conta de depreciação. Por deliberação da Diretoria Executiva, os equipamentos utilizados pelos empregados são locados, mediante um contrato firmado com a Vivo.

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento quanto aos investimentos em ativo permanente apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

Verificamos que, nos termos do art. 51 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993, permanece instituída a Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria do Diretor Presidente nº 03/2019, de 15-5-2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de maio de 2019.

A Fundação deverá continuar observando as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisições que atendam às atividades meio.

No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 5º da Resolução CNPC nº 48/2021, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.

Por mais que a Diretoria entenda que a fundação tem natureza privada, há conflito nessa interpretação com a adotada pelo TCE-SP, que analisa as contas da fundação como sendo de natureza pública.

Sendo competência do TCE-SP *“a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, exceto o da Capital, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas”*, no caso de entendimento diverso do adotado pelo TCE-SP devem ser adotados procedimentos para alinhar o entendimento entre a fundação e o Tribunal de Contas evitando, assim, qualquer fragilidade nas aprovações das contas da fundação e responsabilizações por adoção de critérios diversos de auditoria/fiscalização.

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução.

No entanto, apontamos que, novamente, as despesas realizadas no período foram significativamente inferiores ao orçamento. Desta forma, recomendamos que a Entidade busque maior parcimônia na elaboração do orçamento, com base no histórico e no contexto previsto. É fato que é melhor um orçamento que não gere a necessidade de justificativas por ultrapassar as projeções, conforme opinião do Conselho Deliberativo, porém entendemos importante que a Fundação busque reduzir essas diferenças gradativamente, demonstrando assim o aperfeiçoamento do planejamento e gestão da Fundação.

Tendo em vista, inclusive, que a Entidade possui mais de cinco anos de histórico como base para a elaboração do orçamento, este Conselho reitera a recomendação que este seja elaborado inclusive tendo em consideração as seguintes rubricas, que apresentaram valores realizados significativos no período: portabilidade (entrada e saída), resgate, autopatrocinados, pagamentos de benefícios e fundo de risco.

Nos termos da manifestação da PREVIC, datada de 07/12/2018, quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009 (revogada pela Resolução CNPC nº 48/2021), este conselho entendeu que deviam ser computados nos referidos limites os valores recebidos da MAG Seguros. Portanto, recomendou que a Entidade avaliasse a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresentasse um plano de contingência considerando que a PREVIC mantivesse o seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação. Tal observação se reflete nos indicadores de gestão 4.1 e 4.2 sendo que ambos extrapolam os limites legais. O limite citado no dispositivo revogado é aquele aplicável aos planos regidos pela LC 108. De acordo com a nova norma, receitas administrativas (como as provenientes de seguradoras, venda de imobilizado, publicidade etc.) **não devem ser deduzidas do limite normativo**. A Prevcom enviou à PREVIC estudo minucioso (em resposta ao Ofício nº 66/2021/ERSP/DIFIS/PREVIC, recebido em 16/08/2021 – Processo nº 44011.001008/2019-77) que demonstre a necessidade de ampliação do prazo para o enquadramento da entidade as regras estabelecidas Resolução CNPC nº 48/2021. A resposta ao último ofício foi encaminhada em 14 de setembro de 2021 e não houve retorno da Superintendência.

O Conselho Fiscal, tendo em vista a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Resolução CNPC nº 48/2021, recomenda que o Conselho Deliberativo indique metas e limites quanto aos indicadores de gestão, inclusive para melhor nortear a análise das evoluções dos indicadores. Recomendamos também que a Fundação apresente na medida do possível comparativos com outras entidades ou segmento relevante.

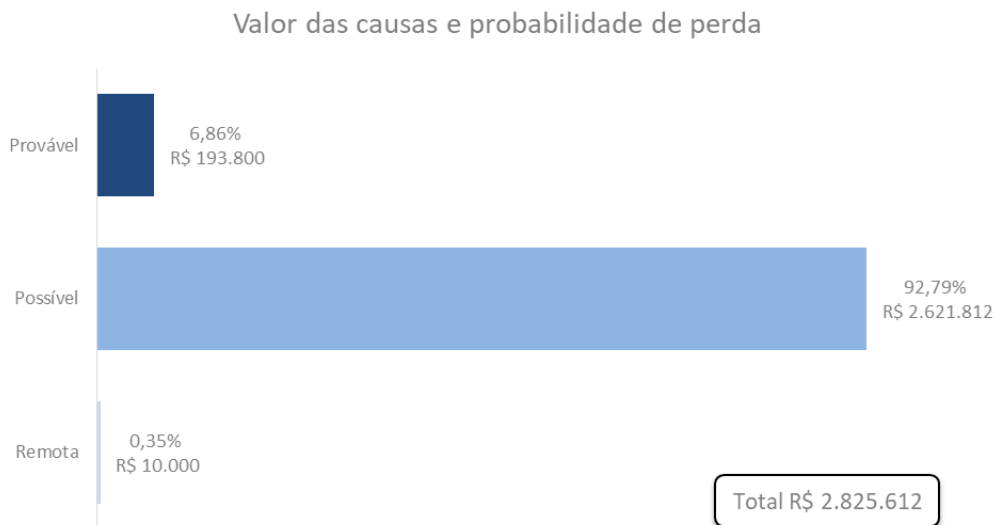
5.5. Contingências Passivas

Segundo o guia de melhores práticas contábeis, o CF da EFPC deve ter conhecimento do relatório das ações judiciais, incluindo eventuais reavaliações, e verificar se a Fundação está realizando registro contábil das provisões e divulgando informações sobre os passivos contingentes em notas explicativas de forma adequada.

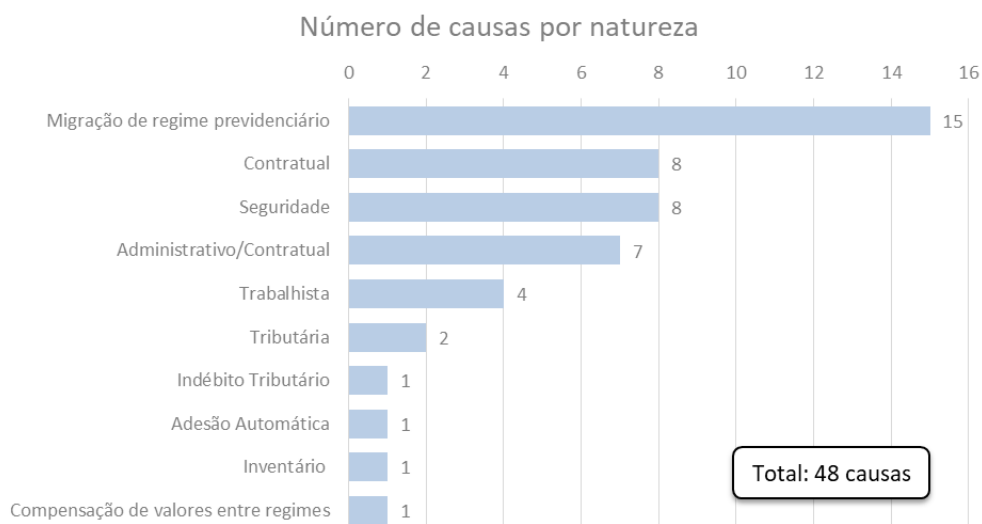
5.5.1. Relatório de Ações Judiciais

A área jurídica recebe relatórios com um resumo financeiro, e a relação de ações judiciais, passíveis ou não de provisionamento e/ou divulgação. Em cumprimento destas práticas, o Conselho Fiscal teve acesso ao relatório de Ações Judiciais, sendo disponibilizado na íntegra. A título de registro, fica evidenciada a síntese dos processos. No relatório encaminhado a este conselho, em junho de 2022, constavam 48 causas cujos valores estimados das causas totalizavam R\$ 2.825.612,00 com valor médio das causas de R\$ 58.886,92.

As duas figuras abaixo ilustram a distribuição dessas causas em duas dimensões, probabilidade de perda e o número por natureza da causa. Na primeira figura destaca-se o fato de 92,79% das causas com possível perda e apenas 6,86% com perda provável.



Na segunda figura destaca-se o elevado número de causas relativas a Migração de regime previdenciário (31%), natureza vinculada a interpretação da legislação vigente e a delimitação dos direitos dos servidores.



5.5.2. Provisões Contingenciais

As provisões em caráter contingenciais devem ser contabilizadas no “Exigível Contingencial”, tendo como contrapartida a conta “Constituição/Reversão de Contingências”, segundo Pronunciamento Técnico Contábil - CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e dispositivo Previc.

Os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno dos eventos (processos) em que a Fundação figura como réu, deverá ser analisado por entidade competente, sendo este classificado como provável (Reconhecer), possível (Divulgar o passivo contingencial) ou remota (Não fazer nada) segundo o mesmo CPC 25.

5.5.3. Depósitos Judiciais

A Fundação impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer o direito líquido e certo de não se sujeitar à exigência do PIS e da COFINS sobre suas receitas. Por esse motivo, a partir de fevereiro de 2019, os valores relativos a esses tributos passaram a ser depositados judicialmente sem prazo determinado para mudança de estratégia. O processo aguarda julgamento, pela 3ª Vara de Execuções Fiscais.

PIS e COFINS

Ativo⁷

1.02.02.04	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	5.010.059,54
1.02.02.04.0049	COFINS	4.230.076,86
1.02.02.04.0160	PIS	687.387,49
1.02.02.04.0321	Depósitos Judiciais	92.595,19

⁷ COFINS via depósito judicial pós Mandado de segurança; PIS via depósito judicial pós Mandado de segurança; e Causas Prováveis com depósito judicial.

6 Gestão de Risco

A Resolução CGPC nº 13/2004, em seu artigo 12, dispõe que “todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados”.

De maneira contínua o órgão de Gestão de Riscos e Mapeamento de Processos monitora o cumprimento das Obrigações Legais da Entidade, descritas no Calendário Abrapp, por meio da utilização do Sistema UNIO. No mesmo sistema, através do módulo de Gestão de Perdas Operacionais, monitora as perdas operacionais registradas pelas áreas, fazendo dessa forma uma gestão de riscos mais ativa, sugerindo planos de ação para evitar que novas ocorrências aconteçam.

No primeiro semestre de 2022, foi dada continuidade ao trabalho de revisão dos fluxos operacionais de todos os processos da Prevcom, conduzidos com o suporte da Consultoria PFM, até 30/06 foram validados 48 fluxos pelas áreas, esse trabalho será finalizado no 2º semestre de 2022. Paralelamente, com apoio da Consultoria de Compliance ICTS Protiviti foi finalizada a Avaliação de Riscos de Compliance e a Pesquisa de Cultura de Compliance, os resultados foram apresentados à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e COAUD já com apresentação do cronograma para implantação do Programa de Compliance na Entidade até 2024.

Além disso, mensalmente a área de Gestão de Riscos monitorou os planos de ação indicados nos 3º e 4º Ciclos de Avaliação de Riscos e Controles Internos, Apontamentos das Auditorias Externas (RPA e RPE), Manifestações do Conselho Fiscal (RCI), Apontamentos do COAUD e solicitações da Previc.

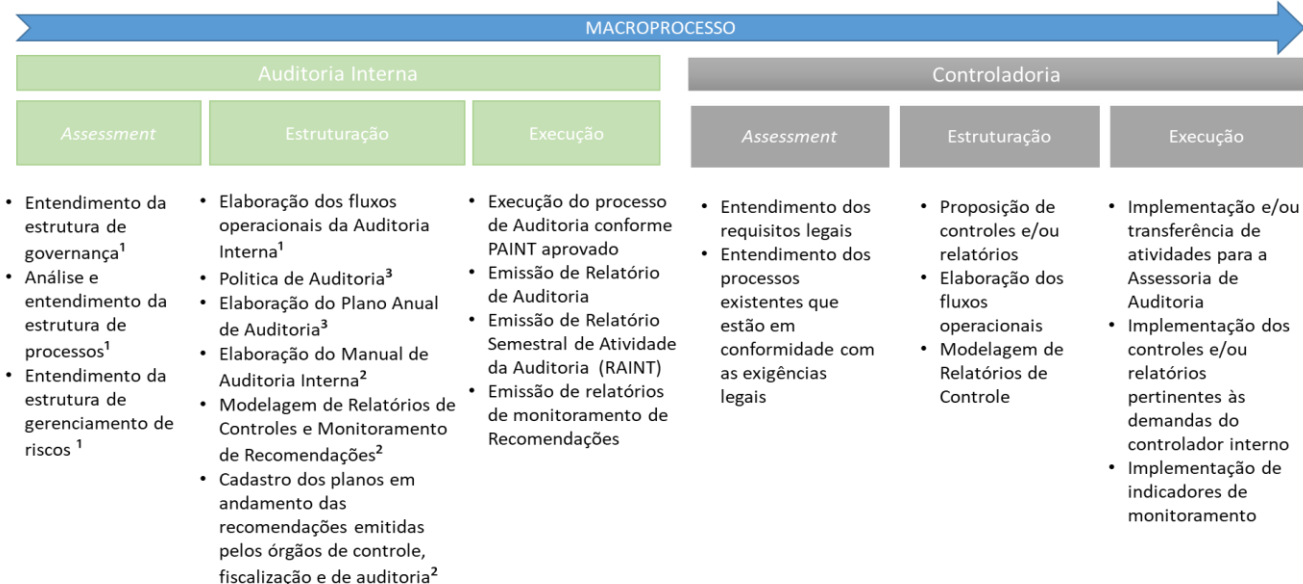
6.1. Controles Internos

Em atendimento as recomendações da PREVIC, Comitê de Auditoria-COAUD, Auditoria Independente e Conselho Fiscal, registradas em seus respectivos relatórios, e ainda ao processo de reestruturação da fundação proposto pelo relatório da FGV, o Conselho Deliberativo em sua 117ª reunião, realizada em 25 de novembro de 2021, aprovou a contratação de responsável pela Auditoria Interna. Após a referida aprovação pelo Conselho Deliberativo, o processo de contratação foi submetido para a Secretaria de Governo, sendo emitido despacho de aprovação da contratação em 19 de abril de 2022.

Por fim, a contratação do responsável pela Auditoria Interna foi realizada em maio de 2022, tendo a ratificação da instituição da Auditoria Interna da fundação na 125ª reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 28 de julho de 2022.

Com o objetivo do estabelecimento de uma estrutura compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, perfil de riscos e o modelo de negócio, a Prevcom vem promovendo a implementação dos processos da Assessoria de Auditoria Interna, alinhados com as melhores práticas recomendadas pela Abrapp, sobretudo com o seu Código de Autorregulação em Governança Corporativa, com as melhores práticas e elementos mandatórios do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como com a legislação e normativos emitidos pelos órgãos de regulação e fiscalização.

Neste sentido, para efeito de registro junto ao Conselho Fiscal a Assessoria de Auditoria Interna endereça o quadro abaixo, como forma de posicionamento dos trabalhos realizados, até o momento:



STATUS: 1 – Concluído

2 – Em elaboração/revisão

3 – Em alçada de aprovação

Obs: (i) Os itens não referenciados no macroprocesso auditoria interna encontram-se em planejamento;

(ii) Os itens não referenciados no macroprocesso de controladoria serão iniciados no 4º trimestre de 2023.

Oportunamente e conforme avanço da implementação da Auditoria Interna, esta assessoria emitirá relatórios que subsidie o Conselho Fiscal, produzindo os efeitos e em cumprimento ao artigo 15 da Resolução CGPC 13 - 2004, conforme versão: “Art. 15. As deficiências de controles internos, sejam elas identificadas pelas próprias áreas, pela auditoria interna ou por qualquer outra instância de controle, devem ser reportadas em tempo hábil ao nível gerencial adequado, e tratadas prontamente. Parágrafo único. As deficiências relevantes devem ser reportadas também ao conselho fiscal”.

6.2. Manifestação do Conselho Fiscal e recomendações do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficácia dos controles internos, os quais julgou adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data.

Com base nos trabalhos de Gestão de Risco realizados na Entidade, este Conselho Recomenda:

- A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação continue oferecendo autonomia e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.
- Que a PREVCOM continue buscando aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.
- Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que siga observando as normas vigentes para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.

- iv. Que o regulamento para contratação de pessoal da Fundação seja atualizado para refletir os preceitos e procedimentos indicados no regulamento sobre a POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO e PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE, demonstrando assim o empenho em afastar possíveis conflitos de interesse e potenciais riscos de imagem.

7 Processos de Certificação

7.1. Conformidade aos processos de certificação, habilitação e qualificação da PREVCOM

A Instrução nº 6, de 29 de maio de 2017 revogou a Instrução PREVIC nº 28, de 12 de maio de 2016. Permanecem as Instruções nº 30, de 22 de junho de 2016 e nº 35, de 2 de dezembro de 2016. Todas estabelecem procedimentos para a certificação, habilitação e qualificação dos membros da diretoria-executiva, do conselho deliberativo, do conselho fiscal e dos demais profissionais de que trata a Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015. As resoluções dispõem que a EFPC deverá observar seu disposto quanto aos processos de certificação, habilitação e qualificação, pela qual são elencados requisitos mínimos para a posse no cargo de membro da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Conforme Art. 8º, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da EFPC em relação ao processo de certificação, habilitação e qualificação.

Na Fundação, a composição dos colegiados e diretoria permanece a seguinte, no 1º semestre de 2022:

CONSELHO DELIBERATIVO

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito/ Indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
José Roberto de Moraes	Direito	Titular	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.233	07.05.18	12.04.22	EA 03416	19.11.20	19.11.23
Fernando Zanelli	Direito	Suplente	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.234	07.05.18	12.04.22	EA 03600	09.01.21	09.01.24
João Octaviano Machado Neto	Engenheiro Civil	Titular	Indicado	4 anos	12.04.22	12.04.26	2022.105	23.03.22	12.04.26	*		
Vago		Suplente	Indicado	4 anos								
Mauro Ricardo Machado Costa	Administração	Titular	Indicado	Complementar	27.05.21	24.09.24	2021.275	22.05.21	24.09.24	CPA 20	16.03.22	16.03.25
Márcio Cury Abumussi	Engenheiro	Suplente	Indicado	Complementar	24.09.20	24.09.24	2020.468	13.10.20	24.09.24	EA 06675	26.02.21	26.02.24
Cesar Silva	Administração	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.177	16.04.20	06.04.24	PA 09132	30.04.21	30.04.24
Luiz Antonio Tozi	Eng. Naval	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.220	13.05.20	06.04.24	PA 09027	28.01.21	28.01.24
Demétrius Queiroz do Rego Barros	Administração	Titular	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.81	09.03.22	04.04.26	EA07181	17.09.21	17.09.24
Tiago José Kich Temperani	Direito/contáb.	Suplente	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.79	09.03.22	04.04.26	PA05355	14.10.19	14.10.22
José Francisco Dutra da Silva	Filosofia, Letras	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.181	16.04.20	06.04.24	CPA 20	16.07.21	16.07.24
Elaine Versignasi dos Santos	Administração	Suplente	Eleita	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.209	05.05.20	06.04.24	CPA 20	05.03.21	05.03.24

CONSELHO FISCAL

Nome	Formação	Titular Suplente	Eleito Indicado	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data da Certificação	Vencimento Certificação
Daniel de Souza Coelho	Economia	Titular	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.176	16.04.20	06.04.24	PI 07485	11.05.22	11.05.25
Peter Greiner Júnior	Economia	Suplente	Eleito	4 anos	06.04.20	06.04.24	2020.174	16.04.20	06.04.24	PA 09131	28.04.21	28.04.24
Jaime Alves de Freitas	Contábeis/Direito	Titular	Indicado	4 anos	25.06.21	26.05.25	2021.373	14.06.21	27.05.25	EA 04869	22.06.22	22.06.25
David Polesi de Moraes	Economia	Suplente	Indicado	4 anos	26.08.21	26.05.25	2021.530	29.07.21	26.05.25	*		
José Roberto de Moraes	Direito	Titular	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.233	07.05.18	12.04.22	EA 03416	19.11.20	19.11.23
Fernando Zanelli	Direito	Suplente	Indicado	4 anos	12.04.18	12.04.22	2018.234	07.05.18	12.04.22	EA 03600	09.01.21	09.01.24
Paulo Rafael Minetto Maceta	Engenheiro Químico	Titular	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.109	01.04.22	04.04.26	CPA 20	25.03.22	25.03.25
Filipe Camargo Barwick	Ciências Contábeis	Suplente	Eleito	4 anos	12.04.22	04.04.26	2022.122	11.04.22	04.04.26	CPA 20	29.03.22	29.03.25

*(Prazo de até 1 ano da data da posse para entrega da certificação)

DIRETORIA

Nome	Formação	Prazo de mandato	Data da posse	Término do mandato	Nº da Habilitação	Data emissão da Habilitação	Validade da Habilitação	Nº do Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carlos Henrique Flory	Economia	4 anos	03.04.20	03.04.24	2021.465	08.07.21	04.04.24	EI 01764	07.06.21	07.06.24
Francislene Nascimento	Letras	4 anos	26.05.22	26.05.26	2022.252	25.05.22	28.04.26	CPA 20	07.12.21	07.12.24
Karina Damião Hirano	Direito	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.266	08.06.20	03.04.24	EA 03003	29.04.20	29.04.23
Karina Marçon Spechoto Leite	Direito	4 anos	05.08.20	05.08.24	2020.422	21.09.20	05.08.24	EA 02359	09.04.22	09.04.25
Patrícia Sales de Oliveira Costa	Comunicação Social	4 anos	03.04.20	03.04.24	2020.277	16.06.20	03.04.24	EA 02818	21.12.19	21.12.22

COMITÊS GESTORES

Plano de Benefícios RP	Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Ana Cláudia de Oliveira Lopes	Ciência da Computação	Tribunal de Justiça	25.06.15	EA 04792	25.05.19	25.05.22
Gilson Rosenfeld Roza	Ciências Contábeis	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05795	23.02.20	23.02.23
Cibeli Moretti de Oliveira	Jornalista/Produtora Cultural	Assembleia Legislativa	25.05.21	Prorrogado prazo até 26.07.22		
Marcos Hayazaki	Engenharia	Ministério Público	22.10.15	EA 04780	23.05.21	23.05.25
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	28.07.16	EA 04544	07.04.21	07.04.25
Silvia Mara Correia	Direito	Secretaria da Fazenda	25.06.15	EA 04860	11.06.22	11.06.25
Plano de Benefícios RG		Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Caio Augusto de Oliveira Casella	Economia	Secretaria da Fazenda	25.06.15	PA 07842	23.08.19	23.08.22
Dalton Abranches Safi	Direito	Tribunal de Justiça Militar	25.06.15	EA 05697	17.01.20	17.01.23
Karina Leite do Carmo Conceição	Direito/Adm/Gestão Empres	Assembleia Legislativa	25.05.21	CPA 20 ANBIMA	24.05.22	24.05.25
Lia Maris Conde Pesce Rodrigues	Pedagogia	Tribunal de Justiça	04.04.18	EA 07311	15.12.21	15.12.24
Rogério Schatt Pereira	Direito	Ministério Público	04.04.18	PA 07484	28.02.21	28.02.25
Ricardo Amorim Leite	Direito	Defensoria Pública	25.06.15	EA 04544	07.04.21	07.04.25
Plano de Benefícios RG UNIS		Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alberto Teixeira Protti	Economia	USP	21.11.19	EA 08621	21.11.20	21.11.23
Fábio Luiz Engler Graner	Administração	UNESP	25.06.15	EI 04347	12.05.22	12.05.25
Marisa Masumi Beppu	Engenharia Química	UNICAMP	25.05.17	EA 06890	11.06.21	11.06.24
Plano de Benefícios PREVCOM RO		Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Carine Vogel Dutra Telles	Mestrado Adm. Pública	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	CPA 20 ANBIMA	20.05.22	20.05.25
Felipe Ataíde de Albuquerque	Gestão pública	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	CPA 20 ANBIMA	13.05.22	13.05.25
Jean Marciel Nunes dos Santos	Direito e Gestão pública	Governo do Estado Rondônia	09.06.22	*		

Plano de benefícios PREVCOM MULTI		Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação	
Paulo Rogério Gonçalves da Silva - Santa Fé do Sul	Administração e Direito	2 anos	10.05.21	Prorrogado prazo até 26.07.22			
Maria Regina Ricardo - Ribeirão Preto	Contábeis e Direito	2 anos	28.01.21	CPA 20 ANBIMA	30.07.21	30.07.24	
Daniel Leandro Boccardo	Contábeis e Direito	2 anos	24.02.22	CPA 20 ANBIMA	08.02.20	08.02.23	
Plano de benefícios PREVCOM MS		Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação	
Andréa Campagna Martins Silveira	Direito		27.05.21	Prorrogado prazo até 26.07.22			
Gustavo Henri Couto	Direito/Cont/Econ		27.05.21	CPA 20 ANBIMA	21.12.21	21.12.24	
Renata Raule Machado	Direito		27.05.21	Prorrogado prazo até 26.07.22			
Plano de Benefícios SP Previdência		Formação	Patrocinador	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Roberto Augusto Baviera (Presidente)			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo até 31.08.22		
Agnaldo dos Santos Galvão			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	CPA 20 ANBIMA	09.02.22	09.02.2025
Carlos Eduardo Schad			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	CPA 20 ANBIMA	11.02.22	11.02.2025
Celso Gabriel			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo até 31.08.22		
Luis Guilherme Ribeiro do Valle Damiani			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	CPA 20 ANBIMA	14.02.22	14.02.2025
Monalisa Pisani			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo até 31.08.22		
Tania Cristina de Oliveira			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo até 31.08.22		
Viriato Antão Gonçalves Trancoso			Governo do Estado de SPaulo	08.09.2020	Prorrogado prazo até 31.08.22		
Plano de Benefícios PREVCOM MT		Formação	Mandato	Data da posse	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Alisson Carvalho de Alencar	Direito/Mestrado			08.07.2021	*		
Érico Pereira de Almeida	Ciências Militares			08.07.2021	CPA 20 ANBIMA	20.06.22	20.06.25
Epaminondas Antonio de Castro	Ciências Contábeis			08.07.2021	*		

OBS:As prorrogações dos prazos de entrega dos certificados foram concedidas, em caráter excepcional, pelo Conselho Deliberativo.

Comitê de Auditoria COAUD	Formação	Mandato	Data da posse
Evenilson de Jesus Balzer	Contábeis / Administração	2 anos	30.01.2020
Maurício Augusto Souza Lopes	Contábeis	2 anos	30.01.2020
Wilson Luiz Matar	Engenharia/Administração	3 anos	30.01.2020

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Nome	Certificado	Data Certificação	Vencimento Certificação
Paulo Roberto da Rosa	EI 07640	04.06.2022	04.06.2025
Aline Camargo Karrasch	CPA 20 (ANBIMA)	21.01.2022	21.01.2025
Bruna Basso Zapela	CPA 20 (ANBIMA)	20.07.2021	20.07.2024

COMISSÃO DE ÉTICA

Nome	Eleição em	Mandato até
Daniel de Souza Coelho	28.05.2020	28.05.2022
Karina Damião Hirano	28.01.2021	28.01.2023
Demétrius Queiroz do Rego Barros	28.04.2022	28.04.2024

7.2. Manifestação do Conselho Fiscal

Embora alguns membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ainda não possuam certificação, encontram-se dentro do prazo para esta providência, contado da data da posse, conforme estabelece o § 1º do artigo 5º da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar de nº 19 de março de 2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015.

Dos membros que integram o Conselho Deliberativo, num total de 12 – (doze) entre titulares e suplentes, há 01 (um) cargo vago, e ainda, 01 – (um) com prazo de um ano para certificação.

Dos membros que integram o Conselho Fiscal, num total de 08 – (oito) entre titulares e suplentes, há 01 – (um) com prazo de um ano para certificação.

Quanto aos membros do Comitê de Investimentos e Comitê Gestores, embora a exigência de certificação não esteja contemplada pela Resolução 19/2015, existe a necessidade de obtenção por decisão da PREVCOM. Dentre seus integrantes há 12 – (dezesesseis) casos providenciando certificação.

8 Acompanhamento dos Apontamentos do Relatório Anterior (2º Semestre/2021)

1. **Recomendação:** A PREVCOM sempre busque avaliar e comparar a qualidade de gestão e performance da rentabilidade de outros fundos de previdência similares e indicadores do setor, como os produzidos pela ABRAPP (https://www.abrapp.org.br/wpcontent/uploads/2021/05/Consolidado-Estatistico_05.2021-2.pdf). Essas informações podem indicar possíveis melhorias operacionais.

Resposta da Administração: A Prevcom fez a comparação com os demais Fundos de Pensão, destinados a servidores públicos. Conforme tabela abaixo com as rentabilidades acumuladas em 2021:

PREVCOM	9,31%
FUNPRESP-Exe	4,46%
PREVBAHIA PB Civil	4,42%
PREVNORDESTE-Sergipe	4,20%
PREVNORDESTE-Piauí	3,99%
SCPREV	3,73%
RJPREV	3,62%
FUNPRESP-Jud: Plano de Benefícios	3,42%
PREVCOM-BrC: Plano Goiás Seguro (Participantes)	0,70%
PREVES: Plano SE	0,53%
DF-PREVICOM	(-0,18%)
PREVCOM-MG	(-0,50%)

2. **Recomendação:** A PREVCOM esclareça as divergências encontradas nas informações obtidas para emissão deste relatório com as divulgadas na Lâmina Mensal do Relatório de Investimentos quanto as metas e rendimentos dos fundos.

Resposta da Administração: Os números oficiais da Prevcom são os apresentados na Lâmina Mensal calculada pela PPS Portfólio e Performance. Sendo que, as demais informações contidas no RCI foram obtidas na plataforma “Com Dinheiro” atualmente estão em fase de implantação e revisão de parâmetros de cálculo.

3. **Recomendação:** As “Informações Adicionais de Risco” deveriam ser complementadas por indicadores de mercado específicos dos segmentos de investimento e dos indicadores por segmento de investimento da carteira e os “Controle de liquidez” deveriam explicitar as metas e limites que nortearam a política de investimentos.

Resposta da Administração: Essas informações constam no Relatório de Enquadramento Mensal, elaborado pela PPS Portfolio e Performance. Esse relatório está à disposição para consulta.

4. **Recomendação:** A Diretoria de Investimentos complementa as informações de rentabilidade com o desempenho individual de cada Plano tendo em vista que a composição das carteiras por plano.

Resposta da Administração: Essa informação será incluída na Lâmina Mensal produzida pela PPS Portfolio e Performance.

5. **Recomendação:** Este conselho recomenda que a diretoria executiva encaminhe para aprovação do Conselho Deliberativo revisão dos limites por classe de ativos das Políticas de Investimento para dar ao Comitê de Investimentos mais opções para buscar a meta de rentabilidade e minimizar a ocorrência de desenquadramentos passivos assim como “deve definir claramente a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos

recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância”, como previsto na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Resposta da Administração: A Política de Investimentos é aprovada pelo Conselho Deliberativo e revisada na periodicidade por esse determinada.

6. **Recomendação:** No tocante aos salários e encargos, firmação de contratos e publicação de seus atos e fatos, o Conselho recomenda que a Fundação observe os itens 1 a 4 do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, no tocante à sua natureza pública e o art. 6º da Resolução CGPC de nº 29 de 31 de agosto de 2009, quanto aos limites para cobertura das Despesas Administrativas.

Resposta da Administração:

- A PREVCOM segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios nas contratações referentes à atividade meio, assim como obedece às regras aprovadas pelo Conselho Deliberativo para contratações na atividade fim, conforme previsto na Lei 14.653/11.

- O conceito de “natureza pública” das EFPC que gerem previdência complementar de servidores público caiu por terra com a EC 103/19 e que o mesmo entendimento deve ser mantido na esfera estadual, respeitando a hierarquia da Constituição Federal frente à legislação estadual. - Quanto à realização de concurso público, a Fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise. A Diretoria Executiva depende de ações do Patrocinador e do Conselho Deliberativo para dar andamento nessa questão. - Com relação a adequação aos limites para cobertura das despesas administrativas de acordo com legislação vigente, a Fundação continua monitorando os índices com base apresentados no estudo de

viabilidade/parecer, reportando-os ao Conselho Fiscal. O CF, como órgão de controle, deverá acompanhar esses indicadores e informar no relatório semestral os resultados auferidos do enquadramento ou os devidos ajustes, se forem necessários.

7. Recomendação: Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do Orçamento Anual das Despesas Administrativas - OADA da Fundação, somadas às iniciativas e adequação desta ao cenário econômico e político de instabilidade, o Conselho Fiscal julga satisfatório os atuais níveis de aderência da sua execução. No entanto, apontamos que, novamente, as despesas realizadas no período foram significativamente inferiores ao orçado. Desta forma, recomendamos que a Entidade busque maior parcimônia na elaboração do orçamento, com base no histórico e no contexto previsto. É fato que é melhor um orçamento que não gere a necessidade de justificativas por ultrapassar as projeções, conforme opinião do Conselho Deliberativo, porém entendemos importante que a Fundação busque reduzir essas diferenças gradativamente, demonstrando assim o aperfeiçoamento do planejamento e gestão da Fundação.

Resposta da Administração: O PGA da Entidade está sendo acompanhado para otimizar e aperfeiçoar as projeções orçamentárias, juntamente com a consultoria externa contratada.

8. Recomendação: Tendo em vista, inclusive, que a Entidade possui mais de cinco anos de histórico como base para a elaboração do orçamento, este Conselho reitera a recomendação que este seja elaborado inclusive tendo em consideração as seguintes rubricas, que apresentaram valores realizados significativos no período: portabilidade (entrada e saída), resgate, autopatrocinados, contribuição facultativa, pagamentos de benefícios e fundo de risco.

Resposta da Administração: Conforme respondido no item 7, as rubricas descritas acima estão sendo consideradas.

9. Recomendação: Nos termos da manifestação da PREVIC, datada de 07/12/2018, quanto ao atendimento dos limites estabelecidos pela Resolução CGPC nº 29/2009, este conselho entende que devem ser computados nos referidos limites os valores recebidos da MONGERAL. Portanto, recomendamos que a Entidade avalie a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresente um plano de contingência considerando que a PREVIC mantenha seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação.

Resposta da Administração: A Prevcom enviou à PREVIC estudo minucioso que demonstre a necessidade de ampliação do prazo para o enquadramento da entidade as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 29 de 2009. A resposta ao último ofício foi encaminhada em 14 de setembro de 2021 e não houve retorno da Superintendência.

10. **Recomendação:** O Conselho Fiscal, tendo em vista a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, recomenda que o Conselho Deliberativo indique metas e limites quanto aos indicadores de gestão, inclusive para melhor nortear a análise das evoluções dos indicadores. Recomendamos também que a Fundação apresente na medida do possível comparativos com outras entidades ou segmento relevante, em particular nos indicadores destacados no “Relatório das Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Resposta da Administração: A aprovação das contas orçamentárias e dos indicadores de gestão, ocorreu na 116ª reunião ordinária, em 28 de outubro de 21.

11. **Recomendação:** corroborando com a necessidade de ajustes nas taxas cobradas, o indicador Limite da Taxa de Carregamento TCA 26-2021 obteve oscilações acima de 9% em 11 meses do ano de 2021. Portanto, recomendamos que a Entidade avalie a necessidade de adequação das taxas de carregamento e patrimonial para a obediência aos limites estabelecidos na legislação e apresente um plano de contingência considerando que a PREVIC mantenha seu posicionamento, independente das justificativas ou apresentação de defesa da Fundação.

Resposta da Administração: Com relação a adequação aos limites para cobertura das despesas administrativas de acordo com legislação vigente, a Fundação continua monitorando os índices com base apresentados no estudo de viabilidade/parecer, reportando-os ao Conselho Fiscal. O CF, como órgão de controle, deverá acompanhar esses indicadores e informar no relatório semestral os resultados auferidos do enquadramento ou os devidos ajustes, se forem necessários.

12. **Recomendação:** Baseado nas demonstrações contábeis, financeiras e demais documentos disponibilizados pela PREVCOM, esse Conselho verificou que os valores realizados no primeiro semestre, em investimento em ativo permanente, no item computadores e periféricos, permaneceram inferiores aos valores orçados para o período, sendo que o realizado foi muito aquém dos valores imputados a conta de depreciação. Por deliberação da Diretoria Executiva, os equipamentos utilizados pelos empregados são locados, mediante um contrato firmado com a Vivo.

Resposta da Administração: Por conta da pandemia, a Prevcom optou pela mudança de utilização de desktops (comprados) para notebooks (alugados) para facilitar a mobilidade dos funcionários, resultando melhor custo benefício para Entidade.

13. **Recomendação:** A continuidade da implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos e que a Fundação sempre ofereça a autonomia e ferramentas necessárias para o desenvolvimento dos setores responsáveis.

Resposta da Administração: No 2º semestre de 2021, a Diretoria Executiva da Prevcom aprovou a contratação de uma consultoria dedicada à área de compliance. Em dezembro, deram início aos trabalhos de Pesquisa de Cultura de Compliance e Avaliação de Riscos de Compliance. O órgão de gestão de riscos e

controles internos possui autonomia e o total apoio da alta administração (Diretoria, Conselhos e COAUD), desta forma, os trabalhos da área vem se intensificando com o suporte da consultoria especializada de risco operacional e controles internos.

14. Recomendação: Que a Fundação atenda à recomendação prevista no Parecer AEF nº 25/2018 e, ainda, dado o entendimento ali manifestado, que observe as regras constitucionais para a contratação de pessoal, adoção de procedimentos licitatórios e observância do teto remuneratório constitucional.

Resposta da Administração:

- O teto remuneratório constitucional está sendo observado;
- A Prevcom segue a legislação em seus contratos e processos licitatórios na atividade meio;
- Sobre a realização do concurso público, a fundação, por solicitação do Conselho Deliberativo, encaminhou ao Patrocinador o Estudo de Revisão da Estrutura Organizacional realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas para análise. Aguardando retorno.

15. Recomendação: Que o regulamento para contratação de pessoal da Fundação seja atualizado para refletir os preceitos e procedimentos indicados no REGULAMENTO SOBRE A POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO E PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE, em particular os itens 31, 35 e “6.4 Sinais de alerta”.

Resposta da Administração: A Prevcom analisou os itens mencionados na Política Anticorrupção e Prevenção e Combate à Fraude e verificou que não se trata de temas relacionados à contratação de pessoal. Para os prestadores de serviços com terceiros, a Prevcom possui cláusulas específicas que tratam desse tema em todos os contratos.

16. Recomendação: Que a PREVCOM dê continuidade ao plano para o retorno normal das atividades ponderando a implantação do teletrabalho ou outras formas híbridas e a real demanda de espaço físico.

Resposta da Administração: A PREVCOM retomou o trabalho de forma híbrida, estabeleceu novos contratos de trabalho com os funcionários e readequou o espaço físico.

17. Recomendação: Que a PREVCOM busque aperfeiçoar processos e sistemas no geral e em especial aqueles que aprimorem o gerenciamento de riscos.

Resposta da Administração: No segundo semestre de 2021, a Entidade deu início as atividades de revisão de todos os fluxos e manuais dos procedimentos operacionais das áreas. Além disso, para gerenciar os riscos, a Entidade realiza de forma contínua, os ciclos de avaliação de riscos, cujo resultado permite à Fundação compreender os pontos críticos de seus processos e implantar planos de ação para mitigar os riscos que

apresentam deficiência de controle. A cada realização de um novo ciclo, a Entidade busca aprimorar seus critérios de avaliação e mensuração. Por fim, a Prevcom busca investir constantemente em tecnologia para aperfeiçoar seus processos e aumentar a capacidade produtiva das áreas, diminuindo eventuais falhas humanas.

Membros Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Daniel de Souza Coelho
4958F29C30B640E...

Daniel de Souza Coelho
Conselheiro Presidente

DocuSigned by:
Paulo Rafael Minetto Maceta
D010DEBCF3B1488...

Paulo Rafael Minetto Maceta
Conselheiro

DocuSigned by:
Jaime Alves de Freitas
DED8AE8C6E414AE

Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

DocuSigned by:
José Roberto de Moraes
73DDC19AA2D9401...

José Roberto de Moraes
Conselheiro

Anexos⁸

- I. Lâminas individuais por Planos e Consolidada;
- II. Relatório de Compliance individuais por Plano;
- III. Política de investimento de cada Plano Relatório de despesas Intrag
- IV. Relatório de Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS;
- V. Fluxo de Caixa;
- VI. Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final; IX – Relatórios Gerenciais.

⁸ Documentos elaborados e fornecidos pela administração da Entidade